



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA**

**ANA MARIA FERREIRA VIDERES**

**INFORMAÇÃO E RELIGIÃO: difusão cultural  
sobre os registros documentais da Santa Casa da  
Misericórdia da Paraíba**

JOÃO PESSOA – PB  
2014

**ANA MARIA FERREIRA VIDERES**

**INFORMAÇÃO E RELIGIÃO: difusão cultural  
sobre registros documentais da Santa Casa da  
Misericórdia da Paraíba**

**MONOGRAFIA** apresentado ao Curso de Bacharelado em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Arquivologia, em cumprimento às exigências legais.

**ORIENTADOR:** Dr. José Washington de Morais Medeiros

JOÃO PESSOA - PB  
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

V652i Videres, Ana Maria Ferreira  
Informação e religião [manuscrito] : difusão cultural sobre registros documentais da Santa Casa da Misericórdia da Paraíba / Ana Maria Ferreira Videres. - 2014.  
92 p. : il. color.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2014.  
"Orientação: Prof. Dr. José Washington de Morais Medeiros, Departamento de Arquivologia".

1. Difusão cultural. 2. Santa Casa de Misericórdia. 3. Informação arquivística. 4. Arquivo público. I. Título.

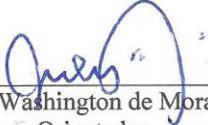
21. ed. CDD 027.67

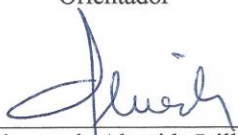
ANA MARIA FERREIRA VIDERES


**INFORMAÇÃO E RELIGIÃO: Difusão cultural  
sobre os registros documentais da Santa Casa de  
Misericórdia da Paraíba**

Trabalho de Conclusão de Curso na **modalidade Monografia** apresentado ao Curso de Bacharelado em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Arquivologia, em cumprimento às exigências legais.

Aprovada em 05/12/2014.

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. José Washington de Moraes Medeiros  
Orientador

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Jimmy de Almeida Léllis/ UEPB  
Examinador

  
\_\_\_\_\_  
Prof.ª Ma. Maria José Cordeiro de Lima / UEPB  
Examinador

Ao meu Grandioso Deus, pai e amigo...  
DEDICO!

## AGRADECIMENTOS

À Professora Ms. Esmeralda Porfírio de Sales, Coordenadora do Curso de Bacharelado em Arquivologia, por seu empenho.

Ao meu pai José de Arimateia, a minha mãe Marli, pelo imenso amor a mim dispensado durante a minha caminhada pessoal, acadêmica e profissional, aos meus amigos Zélia e Luiz, por suas orações e carinho, a minha querida Gestora e Amiga Maria Sonia Queiroz, pela compreensão, amizade, carinho e respeito, durante todos os momentos em que me fez acreditar que era possível concluir esse trabalho.

Agradeço também aos professores Gláucio Pereira Chaves (O meu Bom Velhinho), Edison Macedo, Marcio Oza, Cristiano Almeida e Getúlio Alves pelas valiosas contribuições para esta pesquisa.

Aos professores do Curso de Bacharelado em Arquivologia da UEPB, em especial, Eutrópio, Henrique França, Francinete e Jaqueline Echeveria, que contribuíram ao longo do curso, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao meu orientador, o professor Dr. José Washington Medeiros, por todo o seu empenho em me orientar e por acreditar no meu trabalho. Obrigada sua paciência, sua dedicação para a minha formação enquanto arquivista. Que Deus lhe proporcione muitos anos de vida e muita saúde para crescer cada vez mais no conhecimento e na sua ética profissional.

Aos professores Jimmy de Almeida Léllis e Maria José Cordeiro, por aceitarem o convite para a composição da Banca Examinadora do meu trabalho.

A Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, a qual abriu suas portas para realização desse trabalho. Aos servidores desta instituição pela colaboração e ajuda nas informações necessárias.

Aos funcionários da UEPB, dos Setores: Biblioteca, Coordenação, Portaria e Serviços Operacionais, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.

E um agradecimento especial ao meu querido esposo Emmanuel Fernandes, pela sua dedicação, companheirismo, amor e carinho, durante todos os momentos bons e difíceis da minha vida.

O livre acesso aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e melhora a qualidade de vida [...] (Declaração Universal dos Arquivos, 2014).

## RESUMO

No contexto da sociedade da informação do século XXI, embora muitos avanços tenham sido alcançados quanto à disponibilização da informação, pouco se sabe sobre os serviços de difusão cultural, enquanto atividade essencial para interligar o arquivo público à sociedade. Este trabalho buscou caracterizar o processo de Difusão Cultural de documentos históricos do Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, propondo a utilização de um veículo comunicacional para difundir o acervo documental do arquivo à comunidade local. Em virtude da necessidade de tornar os arquivos fonte de pesquisa, acessíveis à sociedade, buscamos elucidar a questão que motivou esta pesquisa: “Como propiciar um processo de difusão cultural para o Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba?” Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa empírica, de abordagem qualitativa de tipo descritivo, exploratório e documental. O universo da pesquisa compreendeu o Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba. Mediante a análise dos dados obtidos por meio da observação direta, identificamos a inexistência de uma política de difusão cultural para os documentos do arquivo, embora haja a intenção, por parte do gestor da instituição, em difundir o arquivo para a comunidade local faltam recursos (físicos, financeiros e de pessoal) para o desenvolvimento de programas voltados para organização e difusão do acervo. A pesquisa conclui chamando atenção para a necessidade de preservação do arquivo para difundi-lo à sociedade visando possibilitar maior acesso a cultura e a história local a partir da difusão da informação documental existente no arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba.

**PALAVRAS-CHAVE:** Difusão Cultural. Santa Casa de Misericórdia. Informação arquivística. Arquivo público.



## **A B S T R A C T**

In the context of XXI first century information society, although many advances have been made as to the availability of information, little is known about the cultural diffusion services as a key activity to link the public file to society. This study aimed to characterize the process of Cultural Diffusion of historical documents of the Holy House of Mercy of Paraíba Archive, proposing the use of a vehicle of communication to spread the documentary collection of the file to the local community. Because of the need to become the files, research sources, accessible to society, we aim to elucidate the question that motivated this research: How promote a cultural diffusion process for the Holy House of Mercy of Paraíba Archive? In terms of methodology, it is an empirical research, qualitative descriptive, exploratory and documentary. The universe of the research included the Holy House of Mercy of Paraíba Archive. By analyzing the data obtained through direct observation, it was identified the absence of a cultural dissemination policy for file documents, although there is an intention on the part of the institution's manager, to spread the file to the local community, lack resources (physical, financial and personal) for the development of programs for compilation and dissemination of the collection. From the results obtained in this study it is up to us to emphasize the need to preserve the file to spread it to the society in order to able greater access to culture and local history from the spread of existing documentary information in Holy House of Mercy of Paraíba Archive.

**KEYWORDS:** Cultural Diffusion. Holy House of Mercy. Archival Information. Public Archive.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>FIGURA 1:</b> Características gerais que configuram a razão da existência e evolução da Ciência da Informação.....	29
<b>FIGURA 2:</b> Modelo Comunicativo de Roman Jakobson.....	54
<b>FIGURA 3:</b> Os 4ps do mix de marketing.....	61
<b>FIGURA 4:</b> Boneco do folder: Parte 1 (capa, apresentação e verso/ contatos) .....	77
<b>FIGURA 5:</b> Capa do folder .....	78
<b>FIGURA 6:</b> Detalhamento da chamada e subtítulo do folder .....	78
<b>FIGURA 7:</b> Detalhamento da capa do folder .....	79
<b>FIGURA 8:</b> Apresentação/ sobre a empresa .....	80
<b>FIGURA 9:</b> Verso do Folder/ contatos.....	80
<b>FIGURA 10:</b> Boneca do folder: Parte 2 (apresentação/ sobre a empresa).....	81

## **LISTA DE TABELAS**

<b>QUADRO 1:</b> A evolução da administração de marketing.....	62
--	----

## **LISTA DE SIGLAS**

**CENP:** Conselho Executivo de Normas Padrão  
**AMA:** American Marketing Association  
**MC:** Marketing Cultural  
**DC:** Difusão Cultural  
**AE:** Ação Educativa  
**SCM-PB:** Santa Casa de Misericórdia da Paraíba

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>17</b>
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA .....	17
2.2 PROBLEMATIZAÇÃO.....	19
2.3 OBJETIVOS.....	22
2.3.1 Objetivo Geral .....	22
2.3.2 Objetivos Específicos.....	22
2.4 UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA .....	22
2.5 CAMPO EMPÍRICO.....	23
2.6 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS .....	26
<b>3 O SURGIMENTO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E SUAS VERTENTES.....</b>	<b>28</b>
3.1 A ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: ORIGEM E EXPANSÃO.....	31
3.2 OS ARQUIVOS EM MEIO À SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO NO SÉCULO XXI.....	32
3.3 AS DIMENSÕES DO CONCEITO DE INFORMAÇÃO E DE ARQUIVO.....	35
3.3.1 Os usuários da informação arquivística .....	38
<b>4 A DIFUSÃO CULTURAL COMO RESPONSABILIDADE DO ARQUIVO E DO ARQUIVISTA.....</b>	<b>41</b>
4.1 AS AÇÕES COMPLEMENTARES AOS ARQUIVOS: DIFUSÃO CULTURAL E AÇÃO EDUCATIVA .....	45
4.2 INTERLIGANDO A COMUNIDADE A UNIDADE DE INFORMAÇÃO.....	48
4.3 A DIFUSÃO CULTURAL: MEDIANDO A COMUNICAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA PARA A SOCIEDADE .....	49
4.4 ASPECTOS GERAIS DA COMUNICAÇÃO INFORMACIONAL .....	53
4.5 PUBLICIDADE E PROPAGANDA: O USO DA COMUNICAÇÃO PERSUASIVA NO ÂMBITO DO ARQUIVO .....	56
4.6 OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO: CANAIS PARA A DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO .....	59
4.7 AS ESTRATÉGIAS DE MARKETING NO CONTEXTO INFORMACIONAL DOS ARQUIVOS PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS ORGANIZACIONAIS.....	61
<b>5 A DIFUSÃO CULTURAL DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS NO ARQUIVO DA SANTA CASA DE MISÉRICÓRDIA DA PARAÍBA .....</b>	<b>67</b>
5.1 O PROCESSO DE DIFUSÃO CULTURAL NO ARQUIVO: CARACTERIZAÇÃO, LOCALIZAÇÃO E ACESSO.....	67
5.2 A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA PARA COMUNIDADE: CONSTRUÇÃO DO VEÍCULO COMUNICACIONAL (FOLDER).....	72
5.2.1 A necessária interação do arquivista na construção de mecanismos para difusão do arquivo para comunidade.....	72
5.2.2 Construção do folder informativo para difusão cultural de documentos do arquivo.....	74
5.2.3 O veículo comunicacional (folder): etapas do processo de criação.....	75
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>85</b>

**REFERÊNCIAS ..... 87**

**APENDICE A ..... 92**

## 1 INTRODUÇÃO

A sociedade busca imortalizar suas ações através de registros que possam contribuir de alguma maneira para o crescimento e desenvolvimento das futuras gerações. Esse processo de evolução constante tem se mostrado cada vez mais acirrado no contexto informacional, em especial no que se refere às mudanças sociais ocasionadas pela necessidade de difusão de informações para o acúmulo de conhecimentos diversos.

Essa nova realidade informacional tem sido de fundamental relevância para a adoção de políticas culturais para a preservação do patrimônio histórico e cultural do país, pois, ao despertar para suas próprias necessidades, o cidadão começa a perceber os arquivos como fonte acessível de informação para a sociedade. Nesse aspecto, a evolução social e a mudança de paradigmas nos arquivos, contribuem para a realidade do usuário, inclusive reforçando uma percepção mais crítica dos seus direitos e responsabilidades.

Entender como o arquivo pode contribuir para o desenvolvimento social de um país ou região é um trabalho árduo que exigirá a interação entre arquivistas e diversos profissionais que atuam em áreas distintas do conhecimento, a exemplo dos professores e pedagogos, que estão inseridos em processos educacionais nos mais diversos níveis de ensino.

Podemos dizer que os arquivos sempre tiveram, ao longo do tempo, o papel de meros “depósitos de papéis velhos”, cuja utilização limitava-se tão somente ao atendimento da demanda administrativa, pelos representantes dos órgãos e instituições produtoras de documentos, não havendo por parte dos gestores de acervos documentais interesse em disseminá-los para a sociedade, o que mais adiante pôde ser realizado por pesquisadores e historiadores, muito restritamente.

Essa política do “silêncio” adotada por diversas instituições arquivística de caráter público ou privado pode ser visualizada como sendo uma maneira de resguardar a memória existente nesses registros em sua essência primária, não permitindo que sejam feitas inferências divergentes das atividades desenvolvidas pelas mesmas, além disso, a falta de conhecimento e de preparo para atender aos usuários que necessitem obter informações existentes nos acervos, talvez seja o maior problema a ser solucionado, visto que os arquivos (permanentes), por não serem visualizados como uma fonte de pesquisa perene e acessível a grande parte da população, não têm despertado, ainda, a preocupação para o desenvolvimento de instrumentos de pesquisa e divulgação dos registros documentais existentes, disponibilizados para o cidadão comum.

Embora ainda existam barreiras significativas que impedem o livre acesso aos documentos pertencentes aos arquivos físicos, muitos avanços já foram alcançados, a exemplo da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regulamenta e estabelece os procedimentos para o acesso às informações públicas. A criação dessa lei ressalta as mudanças que estão ocorrendo na sociedade da informação e que têm favorecido a adoção, por parte dos arquivistas e dos profissionais da informação, de uma posição mais otimista e crítica sobre as possibilidades de ensino, interação social e cultural que os arquivos podem proporcionar à sociedade.

Tendo como lócus o Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, esta pesquisa se propõe a caracterizar o processo de Difusão Cultural voltado para os registros documentais relativos ao relevo social, cultural, histórica e política da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, pressupondo que os serviços sobre tal documentação reforçam o conhecimento acerca da história local e social da cidade de João Pessoa.

A seleção do tema se justifica pela necessidade de buscar melhorias para os arquivos no que concerne aos diversos aspectos sociais e culturais, pois estes permitem a compreensão da identidade cultural de sua comunidade e a evolução da sua história e do desenvolvimento das relações entre o cidadão e o Estado, conforme ressaltado por Bellotto (2002) e para além desta afirmação, ressaltamos sua representativa para a sociedade e também a responsabilidade do arquivo da Santa Casa de Misericórdia para a comunidade local, tendo em vista a importância desse Patrimônio Histórico Nacional, cuja documentação encontra-se atualmente custodiada pela própria Igreja da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, que foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 25 de abril de 1938, inscrita no nº41 do Livro de Tombo das Belas Artes (Processo de nº 0103-38). A documentação pertencente à Santa Casa de Misericórdia da Paraíba também foi considerada um Patrimônio Histórico Nacional, em conformidade com a resolução do conselho consultivo do SPHAN, de 13/08/201985, resultante do processo Administrativo de nº13/85/SPHAN. A relevância histórica deste Patrimônio Histórico Nacional para a sociedade paraibana se dá principalmente em virtude da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba ter sido a primeira Igreja Construída na cidade em meados do século XVI.

No tocante à Difusão Cultural dos registros documentais pertencentes à instituição, pode-se afirmar que a importância de tal atividade se dá em virtude da relevância histórica das informações contidas em seu acervo documental, constituindo-se como de fundamental apreço para a comunidade local, já que o arquivo permanente é propulsor de informações cujo



conteúdo deve ser apresentado à sociedade, dada sua relevância para o Brasil, em que pouco se percebem as contribuições de um arquivo para a construção da identidade cultural.

Este trabalho foi construído em capítulos, conforme segue. No segundo capítulo buscamos contextualizar o surgimento da ciência da informação e suas vertentes, no âmbito da sociedade da informação e o surgimento da arquivologia no Brasil, descrevendo a importância social dos arquivos para a realidade da sociedade do século XXI. No terceiro capítulo, buscamos ressaltar os principais aspectos da difusão cultural de documentos arquivísticos, descrevendo para tanto, alguns conceitos de informação e sua transmissão realizada através dos diversos mecanismos de comunicação. Diante disso, apresentamos o profissional arquivista como um agente de mudanças sociais para a comunidade no âmbito do arquivo. No último capítulo procedemos a análise e discussão dos dados da pesquisa, descrevendo o processo de difusão cultural dos documentos históricos do arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba e criação de um veículo informacional (folder) como canal para interligar o arquivo à comunidade.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo tem por objetivo fundamentar os procedimentos metodológicos utilizados para sistematizar a pesquisa, o que garante o rigor necessário ao caráter científico do trabalho.

### 2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A caracterização desta pesquisa pode ser feita em conformidade com quatro níveis de classificação: teórica, metodológica, empírica e prática. A pesquisa Teórica está voltada para a reconstrução de teorias, conceitos, ideias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos. Enquanto a pesquisa Metodológica refere-se a estudos orientados para o questionamento de métodos e procedimentos utilizados buscando garantir sua cientificidade. Conforme ressaltado por Demo (apud MARQUES, 2013) a pesquisa Empírica, está voltada para o tratamento dos fatos reais, produzindo e analisando dados visando controlá-los. Para ele, a pesquisa Empírica pode ser vista como experimental, por utilizar-se de um experimento para testar e validar hipóteses. Por sua vez, a pesquisa prática trata-se, de um estudo ligado à realidade histórica e ao desenvolvimento científico voltado de maneira explícita, para intervenções diversas nessa mesma realidade.

Segundo Marques (2013), quanto a abordagem de uma pesquisa, esta pode ser: quantitativa - preocupa-se com o uso de números e modelos estatísticos, com a finalidade de explicar os dados coletados, já a pesquisa qualitativa não enfatiza o uso de números, mas a interpretação dos fenômenos, considerando a realidade social na qual se inserem. Ou seja, na pesquisa quantitativa, o investigador parte do princípio de que tudo pode ser explicado a partir de uma quantificação, traduzindo opiniões e informações em números, de forma a poder analisá-las e interpretá-las. Enquanto isso, nas pesquisas qualitativas, o investigador compreende que precisa ter contato direto e prolongado com a realidade estudada, de forma a poder captar os sentidos dos comportamentos observados, na pesquisa dos sujeitos que participam da mesma. Tal abordagem de pesquisa pressupõe um caráter mais subjuntivo. Esse procedimento permite levantar atitudes, pontos de vista, preferências que as pessoas têm a respeito de determinados assuntos, fatos de um grupo definido de pessoas. A tipologia de uma pesquisa possibilita, entre outros aspectos, identificar falhas, erros, descrever procedimentos, descobrir tendências, reconhecer interesses, identificar e explicar comportamento.

A pesquisa qualitativa, segundo Marques (2013), corresponde a um processo de reflexão da realidade, por meio da utilização de métodos e técnicas que permitem uma

compreensão detalhada do objeto pesquisado em seu contexto. Nesse sentido ele explica que a pesquisa qualitativa é um estudo de determinado fato da realidade, que busca informações fiéis visando à explicação, em profundidade, do fenômeno investigado.

Segundo Ludke e André (apud MARQUES, 2013), para que os objetivos estabelecidos sejam alcançados, nesse tipo de estudo qualitativo, faz-se necessário que o pesquisador investigue o ambiente o mais próximo do natural possível, sem que ele tenha sido construído ou modificado, sendo este um dos principais motivos pelos quais a pesquisa qualitativa é rica em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza de forma complexa e contextualizada.

Esse tipo de pesquisa geralmente configura-se como um processo de análise e reflexão de determinado objeto, assumindo um caráter mais descritivo, de forma a permitir compreender os fenômenos no contexto histórico em que eles acontecem.

No campo da metodologia científica, alguns autores, como Gil (2008) definem a tipologia da pesquisa em conformidade com dois critérios: objetivo geral e procedimentos técnicos da pesquisa. Nesse aspecto, ele ressalta que, do ponto de vista dos objetivos, as pesquisas podem ser classificadas em três grandes grupos, tais como:

- ✓ Pesquisa exploratória;
- ✓ Pesquisa descritiva;
- ✓ Pesquisa explicativa;

A pesquisa exploratória pode ser definida como aquela que tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos, permitindo, portanto, a familiarização com determinadas temáticas e o recolhimento de elementos que poderão ser aprofundados em estudos futuros. As pesquisas exploratórias se propõem a buscar um número maior de dados e informações a respeito de determinado fenômeno, permitindo dessa forma, que o investigador descubra novas ideias, bem como o estabelecimento de relações entre os elementos que concorrem para a explicitação do problema que deseja estudar. No tocante à pesquisa descritiva, esta propõe a descrição das características de grupo específico de pessoas, de um determinado fenômeno ou, de um experimento, podendo também ser utilizada em investigações que têm como objetivo mapear as características de um grupo de pessoas. Já a pesquisa explicativa está voltada para a identificação de fatores determinantes ou que corroboram, de alguma maneira para a ocorrência de certos fenômenos, permitindo um maior aprofundamento sobre a realidade.

Por se tratar de uma pesquisa que têm como objetivo central caracterizar o processo de Difusão Cultural de documentos históricos do Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba (SCM-PB), esta pesquisa apresenta-se como empírica, pois para a coleta de dados foi necessário fazer visitas in loco para conhecer o acervo visando selecionar documentos históricos para elaboração de um instrumento comunicacional (folder), como pré-requisito para a caracterização da difusão cultural de documentos arquivísticos junto à comunidade local. É importante ressaltar que, a construção desse veículo comunicacional será proposto nesta pesquisa como sugestão para uso, por parte do gestor do arquivo, como um canal de comunicação com os usuários e os usuários potenciais <sup>1</sup>do arquivo.

Tomando como base os conceitos expostos, podemos caracterizar a pesquisa: a) quanto à sua classificação como uma pesquisa Empírica, pois para o alcance do objetivo geral da pesquisa foi necessário o contato direto do pesquisador com o objeto em análise, procurando descrever como se dá processo de difusão cultural de documentos históricos dentro do arquivo da SCM-PB para os seus usuários; b) quanto à sua abordagem, podemos afirmar que esta pesquisa é qualitativa, sendo necessário o contato do pesquisador com o fenômeno em estudo, buscando refletir sobre a dinâmica do processo de difusão cultural dentro do respectivo arquivo; e c) quanto à tipologia da pesquisa, esta apresenta-se como descritiva (por apresentar um tratamento “narrativo” e “técnico” dos dados analisados), pois pretende descrever as características que envolvem as atividades desenvolvidas pelo arquivo que abarcam a difusão de documentos históricos para a comunidade local; exploratória (tendo como direcionamento principal especificidades do fenômeno em análise – “o processo de Difusão Cultural de documentos históricos”); e documental (por utilizar documentos do arquivo como fontes diretas), pois a análise direta dos documentos do arquivo possibilitou o direcionamento detalhado da pesquisa na identificação de informações pertinentes ao contexto histórico da instituição para ser disseminado para a população local, ressaltando-se que, conforme Dantas (2013), “os documentos possuem um valor importante para a pesquisa, pois a informação registrada garante a veracidade dos fatos históricos”.

## 2.2 PROBLEMATIZAÇÃO

No Brasil, a ideia de arquivo, quase sempre, está associada à visão de um lugar destinado para o depósito de documentos e objetos velhos que não estão mais sendo utilizados pela administração corrente. A expressão “arquivo morto”, ainda muito utilizada por diversas

---

<sup>1</sup> São os usuários que não fazem uso do arquivo, mas que poderão fazer uso dos mesmos futuramente.

peças, remete à concepção de algo ou alguém que, por alguma razão, foram descartados ou silenciados por seus usuários ou assassinos. As palavras “Arquivo” e “morte” são termos associados por grande parte da sociedade brasileira, especialmente àquela que mais sofre com a falta de informações relevantes para o exercício dos seus direitos.

Os arquivos merecem ser vistos como locais plenos de vitalidade, dinâmicos e facilmente acessíveis pela sociedade, com o intuito de dispor de forma transparente todas as ações do Estado. Os arquivos públicos são territórios do Estado a serviço da sociedade, da democratização da informação governamental e do exercício do direito do cidadão à informação e à memória. Seu papel como infraestrutura para a transparência da administração pública é imprescindível para que a sociedade controle a atuação do Estado e do governo.

Os acervos arquivísticos não podem ser vistos como depósitos de documentos, pois estes são instituições com múltiplas facetas: cultural, científica, administrativa, etc. É agência de transparência do Estado e território de construção da memória coletiva e, ao mesmo tempo, infraestrutura para a produção de conhecimento científico (JARDIM, 2011, p.01).

Em virtude do importante papel de disseminador de informações, perante a sociedade, os arquivos passam a ser responsáveis por assumir um compromisso social, que exige dos profissionais da Arquivologia uma postura diferenciada na busca por novas possibilidades de uso, que possam promover o arquivo em meio à sociedade, tais como o desenvolvimento de atividades que propicie ao cidadão conhecimentos distintos que o ajude a compreender o seu contexto social. Sendo assim, os arquivos contribuem para a formação cidadã, através da adoção e desenvolvimento das atividades complementares aos arquivos, tais como a Difusão Cultural e a Ação Educativa em Arquivos.

Nesse sentido, cabe aos profissionais da Arquivologia não apenas centralizar suas ações na busca por padronizações pré-estabelecidas de organização documental/arranjo e disponibilização de informações administrativas e operacional para tomada de decisão, como também buscar entender e melhorar as funções complementares aos arquivos, tais como as atividades de Difusão Cultural e Ação Educativa, visando despertar, uma visão diferenciada acerca dos acervos arquivísticos, enquanto fonte de informação na busca por “novos conhecimentos”, que possam desenvolver no usuário, um posicionamento mais crítico frente à realidade social, pois, “é conhecendo o seu passado que o cidadão poderá de maneira consciente modificar o seu presente e o futuro de várias gerações vindouras”.

As atividades culturais e educativas desenvolvidas nos arquivos são as que melhor cumprem a função de transformá-lo num bem social, popular e da comunidade. Seus acervos guardam a história das localidades onde estão inseridos, por isso podem ser utilizados efetivamente como fontes de conhecimento, não apenas para os pesquisadores e historiadores, mas na forma mais democrática – para os cidadãos comuns, e em especial para os alunos. Em última instância, todo arquivo é uma fonte educativa, mas para que esta mesma fonte seja aproveitada pelos alunos dos vários níveis de ensino é preciso que estas casas possuam programas específicos para atender a um público – também específico- com necessidades diferentes daquelas inerentes aos pesquisadores e historiadores. (BELLOTTO, 2005 apud FREIRE, 2009, p.2).

Partindo dessa afirmação, ressalta-se a necessidade de repensar a importância que essa incrível fonte de informação pode proporcionar à sociedade, e em especial aos alunos do 3º ano do ensino médio por estarem estes entrando no mundo acadêmico e de pesquisa, uma diversidade informacional que poderá contribuir de maneira singular, para a sua formação social e conhecimento de seus direitos.

Para Freire (2009, p.2),

A utilização dos patrimônios documentais, seja na escola, seja nos arquivos permanentes, pode e deve promover um processo ativo de construção do conhecimento. Admitindo que os seus acervos são fontes primárias de conhecimento, a sua apropriação se revela como uma ferramenta identitária e modificadora da realidade.

Para além desta afirmação se faz necessário, antes da implementação de atividades de Difusão Cultural voltadas para disseminação de informações pertinentes ao patrimônio documental do acervo arquivístico, realizar um estudo detalhado acerca da viabilidade estrutural e organizacional do arquivo, para a implantação de um projeto de Ação Educativa e de Difusão Cultural, para assegurar aos cidadãos, que busquem o arquivo para obter informações de seu interesse, acesso amplo e seguro para realização de suas pesquisas.

Não se pode fazer uso das atividades de Difusão Cultural em Arquivos se estes não dispuserem das condições necessárias para a recepção de seus usuários, pois do que adianta disseminar a informação se não se pode ter acesso?

Em virtude da emergente necessidade de tornar os arquivos fontes de pesquisa mais dinâmicas e acessíveis para a sociedade, torna-se indispensável repensar a situação na qual os arquivos encontram-se – em um patamar ainda estático, em meio ao cumprimento de sua função enquanto vetor de mudanças sociais e políticas. Embora estejam acessíveis ao público

não estão servindo, de fato, à sua função de mediador para construção de conhecimento para a sociedade.

Com base no exposto, a questão que fundou esta pesquisa foi: Como propiciar um processo de Difusão Cultural para o Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba?

## 2.3 OBJETIVOS

### 2.3.1 Objetivo Geral

Caracterizar o processo de Difusão Cultural de documentos históricos do Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba.

### 2.3.2 Objetivos Específicos

- ✓ Identificar os instrumentos de pesquisa existentes no arquivo para auxiliar os pesquisadores e usuários potenciais do arquivo;
- ✓ Descrever as informações prestadas a respeito do acervo, no que se refere ao conteúdo, localização da instituição, condições de acesso e pesquisa (presencial) e horários de atendimento para pesquisas (na modalidade de consulta presencial);
- ✓ Propor a construção de um instrumento de Difusão Cultural dos documentos históricos do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia da Paraíba como canal de comunicação com seus usuários.

## 2.4 UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA

Segundo Diehl e Tatim (2004), a População ou Universo da pesquisa constitui um conjunto de elementos passíveis de serem mensurados com respeito às variáveis que se pretende levantar. Nesse sentido, a população pode ser formada por pessoas, famílias, empresas, ou qualquer outro tipo de elemento, conforme os objetivos da pesquisa. A amostra é uma porção ou parcela da população convenientemente selecionada.

No processo de amostragem existem duas grandes divisões: a) amostragem probabilística, que tem como característica principal ser submetida a tratamento estatístico, o que permite compensar erros amostrais e outros aspectos relevantes para a representatividade e a significância da amostra; e b) amostragem não probabilística, que se caracteriza por não fazer uso de formas aleatórias de seleção, podendo esta ser feita de forma intencional, com o pesquisador se dirigindo a determinados elementos considerados típicos da população que se

deseja estudar. Esta última constituindo-se como a amostragem mais pertinente à pesquisa, considerando o viés da abordagem qualitativa adotado.

A partir desse entendimento, caracterizamos como Universo/população da pesquisa o Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba (SCM-PB) que conta com aproximadamente mais de dois mil tipos documentais em seu acervo. No que concerne à amostra, foi constituída a partir da identificação de uma amostra documental constituída por dois registros documentais pertencentes ao Arquivo da SCM-PB: documento da irmandade e o relatório do provedor Desembargador Severino Montenegro (1949-1963), cuja relevância histórica está diretamente relacionada à construção da memória coletiva, pois, a Igreja da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba foi uma das primeiras edificações oficiais construídas no Brasil colonial. É um patrimônio arquitetônico, histórico e cultural de valor inestimável enquanto testemunho da história e da formação da cidade de João Pessoa.

A escolha do respectivo arquivo fez-se em virtude da sua importância histórica e social junto à comunidade local, visando mobilizar os cidadãos quanto às possibilidades de uso dos arquivos enquanto fonte de informação primária para pesquisa.

A proposta de difundir o arquivo para comunidade local, conforme descrito anteriormente, se deu em virtude da necessidade de tornar o arquivo permanente um lugar acessível para o desenvolvimento de pesquisas diversas. Sendo assim, o cidadão, poderá conhecer mais de perto a sua história através dos registros documentais pertencentes ao arquivo.

## 2.5 CAMPO EMPÍRICO

Nesta parte do trabalho será explanado um breve histórico da Santa Casa da Misericórdia da Paraíba (SCM-PB), enquanto campo empírico para esta pesquisa, para que o leitor conheça um pouco mais desta instituição de singular relevância para o estado da Paraíba e sua função social.

A Igreja da santa casa de misericórdia da Paraíba foi fundada por Duarte Gomes da Silveira em meados do século XVI e está situada na antiga Rua Direita, hoje Rua Duque de Caxias, no centro histórico da cidade de João Pessoa. Essa Edificação foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 25 de abril de 1938, inscrita no nº 41 do Livro de Tombo das Belas Artes. Nos seus primórdios, a Santa Casa de Misericórdia também possuía o hospital de Caridade e o Cemitério da cidade de João Pessoa.



A fundação das Santas Casas de Misericórdia no Brasil foi desenvolvida na medida em que a colonização se expandia pelos diversos territórios do país, bem como adquiriam importância econômica.

A primeira Santa Casa de Misericórdia a ser formada foi a de Santos, fundada por Brás Cubas. Logo após foi criada a de Salvador, fundada por Tomé de Sousa, em seguida a de Olinda, fundada por João Paes Barreto e a Santa Casa de Misericórdia de João Pessoa fundada por Duarte Gomes da Silveira.

[...] em primeiro lugar, a formação seguiu os tempos de implantação das comunidades portuguesas nas áreas de expansão, ou seja, a criação das Santas Casas pressupunha a formação de vilas coloniais estruturadas e variava de acordo com as diferentes configurações do Império ao longo do século XVI ao XVIII. Em segundo lugar, a instalação das Misericórdias nos territórios administrados pelos portugueses em consequência da expansão ultramarina foi simultânea à difusão das Misericórdias na Metrópole. Nesse sentido, não formaram um sistema testado no Reino e, em seguida, exportado para as colônias. A sua difusão se alastrou de forma simultânea. Em terceiro, registra-se que a cronologia da implantação das Misericórdias seja difícil de precisar com rigor porque não há documentação de apoio ficando impraticável a definição de datas precisas.

A respeito dessas dificuldades de precisão sabe-se que as misericórdias não foram fundadas por alvará régio, embora contassem com a proteção do Rei que, por sua vez, concedia inúmeras vantagens à sua organização e implantação.

A igreja da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba foi uma das primeiras edificações oficiais construídas no Brasil colonial. Até o século XIX, estas instituições centralizavam e detinham poderes religiosos, administrativos e políticos. Além deste prestavam também serviços de assistência aos pobres e desamparados (variadas informações acerca desses relatos, sobre a assistência prestada pela Santa Casa de Misericórdia da Paraíba podem ser obtidas através de pesquisas in loco em documentos disponíveis no Arquivo da SCM-PB).

A função social desempenhada por este patrimônio vai além de uma simples avaliação formal acerca da sua construção (parte física) e sua representação histórica sobre o poderio e hegemonia portuguesa na região da Paraíba. É necessário perceber que as mudanças pelas quais a sociedade vem sofrendo já foram em momentos distintos vivenciados por outros povos que aqui firmaram suas raízes. Conseguir resgatar para posteriormente preservar esses registros, que retratam essas memórias, implica em um posicionamento diferenciado por parte da sociedade, frente aos arquivos.

Segundo Scougli e Tavares (2009, p.20), a Santa Casa de Misericórdia em João Pessoa, seguiu o compromisso de Lisboa, com modificações mínimas estabelecidas de acordo com as condições locais. Esse compromisso de 1516 organizava-se em torno das chamadas 14 obras de caridade, sete espirituais e sete corporais, inspiradas pelo evangelho segundo São Mateus, que eram as seguintes:

**As obras espirituais:** ensinar os ignorantes, dar bons conselhos, punir os transgressores com compreensão, consolar infelizes, perdoar as injúrias recebidas, suportar as deficiências do próximo, orar a Deus pelos vivos e pelos mortos. **As obras corporais:** resgatar cativos e visitas prisioneiros, tratar dos doentes, vestir os nus, alimentar os famintos, dar de beber aos sedentos, abrigar os viajantes e os pobres e sepultar os mortos.

A Santa Casa da Misericórdia em João Pessoa exercia suas funções de acordo com o compromisso e desde o principio foi destinado não só aos ofícios religiosos como também ao cuidado com os doentes, com as crianças “expostas”, com as pessoas de extrema necessidade, com os presos e ao sepultamento de escravos e condenados à morte.

Outra função desenvolvida pela Santa Casa de Misericórdia de João Pessoa era a de cuidar dos presos bem como realizar os serviços fúnebres, que era uma das atividades mais importantes e lucrativas das Santas Casas de Misericórdia.

Essa atuação da SCM-PB encontra-se registrada em diversos documentos ainda existentes em seu acervo documental (permanente), a exemplo das atas de reuniões e relatórios impressos, que descrevem as atividades desenvolvidas pelos provedores da SCM-PB. Em alguns relatórios disponíveis para pesquisa na SCM, é notória a preocupação dos administradores da instituição em registrar todas as atividades que eram desenvolvidas pela instituição, documentando toda e qualquer atividade, por mais simples que fosse, no intuito de manter os meios para que tais ações se perpetuassem, a exemplo dos cuidados dispensados com a preservação do arquivo da própria instituição, estipulado como uma atividade importante no compromisso da irmandade, cujo encargo era designado ao escrivão. Esse relatório dividia-se entre doze atividades dirigidas sob o comando do Provedor, relacionadas ao hospital, aos expostos (crianças abandonadas), igreja, cemitério, presos, esmolador, patrimônio, rendas e sua arrecadação, dívidas ativas e passivas, receita e despesa, arquivo, compromisso e regulamento, e documentos.

Apesar de ser detentora de grande prestígio e reconhecimento local, a SCM-PB entrou em decadência nas últimas décadas do século passado. Atualmente, ela conta com apenas 10 funcionários, que estão distribuídos entre as atividades de manutenção da igreja,

administração dos bens e das cobranças, relacionadas aos aluguéis dos foros e terrenos que ela ainda detém, e que resultam na única fonte de renda da instituição.

Atualmente, desta importante instituição, só restou a referida Igreja que preserva parte do acervo documental produzido pela SCM-PB e do hospital Santa Isabel, na época em que o mesmo era administrado pela Santa Casa de Misericórdia da Paraíba. Após uma grave crise financeira enfrentada pela SCM-PB – relatos esses que podem ser encontrados nos documentos existentes no arquivo da SCM-PB - o Hospital Santa Isabel teve que ser vendido para a prefeitura municipal de João Pessoa.

## 2.6 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados de uma pesquisa consiste na etapa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta de dados previstos. Para Lakatos e Marconi (2003, p. 166), vários podem ser os procedimentos para a realização da coleta de dados, que variam de acordo com as circunstâncias ou com o tipo de investigação. Em linhas gerais, as técnicas de pesquisa são: Coleta Documental, Observação, Entrevista, Questionário, Formulário, Medidas de Opiniões e Atitudes, Técnicas Mercadológicas, Testes, Sociometria, Análise de Conteúdo e História de Vida.

Dentre os instrumentos apresentados para coleta de dados de uma pesquisa os que melhor se adequam a realidade evidenciada nesta pesquisa refere-se aos métodos da Coleta Documental e Observação.

A coleta Documental consiste na seleção de documentos sobre determinado assunto que irá ser utilizado para pesquisa com o propósito de descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características. As fontes documentais (direta) permitem estudar tanto a realidade presente como o passado, como a pesquisa histórica.

A observação é uma técnica de coleta de dados que para obter informações utiliza os sentidos na abstração de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar.

Segundo Lakatos e Marconi (2003), a observação é um elemento básico de investigação científica, utilizado na pesquisa de campo e se constitui na técnica fundamental da Antropologia. Para os respectivos autores a observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. Nesse sentido esse instrumento de coleta de dados desempenha papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta,

obrigando o investigador a manter um contato mais direto com a realidade. É o ponto de partida da investigação social.

Para Selltiz (apud LAKATOS, MARCONI, 2003, p.193), a observação torna-se científica à medida que:

- a) convém a um formulado plano de pesquisa; b) é planejada sistematicamente; c) é registrada metodicamente e está relacionada a proposições mais gerais, em vez de ser apresentada como uma série de curiosidades interessantes; e d) está sujeita a verificações e controles sobre a validade e segurança.

Em virtude do exposto podemos afirmar que o uso dos respectivos instrumentos de pesquisa (coleta documental e observação direta) corroborou de maneira significativa para obtenção de informações necessárias para a formulação desta pesquisa, pois para atingir um dos objetivos específicos da pesquisa (a elaboração do instrumento de Difusão Cultural do Arquivo da SCM-PB – folder) fez-se necessário a coleta de amostras documentais do arquivo, com o intuito de descrevê-los para enquadrá-los na história local; e a observação direta no arquivo possibilitou descrever as características da DF no lócus da pesquisa, bem como os procedimentos administrativos do trâmite documental da instituição e sua função social.

### 3. O SURGIMENTO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E SUAS VERTENTES

O segundo Capítulo desta pesquisa, trata da fundamentação teórica do presente estudo, no qual buscamos contextualizar historicamente o surgimento da ciência da informação e da arquivologia no Brasil, elencando seus principais conceitos e a funcionalidade dos arquivos em meio à sociedade da informação no Século XXI.

Partindo da hipótese de que as bases da Ciência da Informação (CI) surgiram a partir da emergência do paradigma do conhecimento científico apoiado na invenção da imprensa que se institucionalizou com a criação das primeiras associações científicas, pode-se afirmar que a sua expansão está ligada ao desenvolvimento da ciência em todos os segmentos da sociedade contemporânea (FREIRE, 2006).

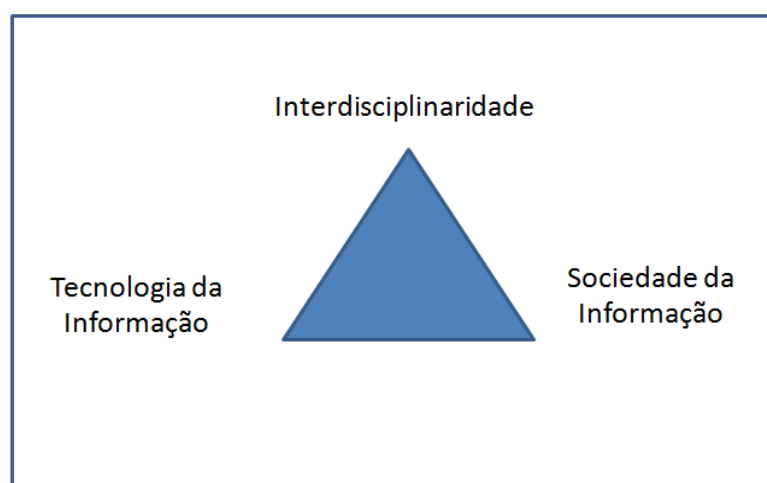
Embora a imprensa tenha surgido inicialmente na China, foi na Europa Ocidental que a mesma conseguiu se desenvolver mais rapidamente em virtude de haver melhores condições socioeconômicas no país para o seu desenvolvimento como mecanismo de disseminação da cultura. A criação dessa tecnologia de “imprensa” foi muito importante para a expansão e melhoramento das forças produtivas na sociedade, facilitando a circulação da informação de maneira mais rápida. Nesse período foram iniciadas as bases da nossa sociedade atual, com a criação das associações científicas e a publicação dos primeiros periódicos científicos, dando início à formalização do processo de comunicação científica.

Segundo Mattelart (apud FREIRE, 2006), as teorias desenvolvidas por Otlet e La Fontaine acerca da necessidade do desenvolvimento de um Sistema Organizacional da Documentação em Bases Internacionais e Universais que pudesse favorecer o armazenamento e a recuperação da informação de maneira mais rápida e precisa foram de fundamental importância para o desenvolvimento das bases teóricas da Ciência da Informação, pois, com a criação em 1895 do Instituto Internacional de Bibliografia, Otlet e La Fontaine conseguiram concentrar seus esforços acerca do estudo das questões concernentes ao livro e a organização sistemática da documentação em bases Internacionais e Universais. Nesse sentido, o que tornou o trabalho de Otlet e La Fontaine pragmático, não foi somente sua percepção da nova relevância do antigo fenômeno da informação, e sim, que no processo de criação dos instrumentos necessários para organização e recuperação dos documentos fossem centrados seus esforços no conteúdo dos documentos. A partir daí o usuário começa a se deslocar da periferia para o centro do processo de comunicação da informação, e a informação começa a se constituir como campo de atividade científica.

Durante a II Guerra Mundial o processo de desenvolvimento das informações científicas ganharam novo impulso em virtude da emergente necessidade dos países envolvidos, direta ou indiretamente na guerra, trabalharem a questão da coleta, seleção de informações, a partir daí foi pensada a criação pelos Russos do documento FID 435 (Research on Theoretical Basic of Information), no qual eles apresentavam o escopo e o método Informático, cujo principal objeto de estudo era o processo da informação científica em toda a sua complexidade, tendo como principal tarefa aumentar a eficiência da comunicação entre os cientistas e especialistas. Esse documento apesar do consenso sobre o valor das técnicas para o desenvolvimento desse novo campo de atuação científica, cuja sua dimensão social é apontada como fundamental para a questão informacional.

Seguindo esse contexto histórico os cientistas soviéticos, liderados por Mikhailov, apontam para as possibilidades e a legitimidade de um estudo dialético da informação, contribuindo para adotar a ciência da informação de uma perspectiva crítica sobre suas próprias atividades e interesses. Nesse aspecto Saracevic (1996), aponta três características gerais que constituem a ciência da informação: interdisciplinaridade, ligação inexorável com a tecnologia de informação e por último uma participação ativa e deliberada na evolução da sociedade da informação, conforme esquema abaixo. Essas três características são importantes por representarem, de certa forma, um consenso entre pesquisadores da área da ciência da informação.

**FIGURA 1:** Características gerais que configuram a razão da existência e da evolução da CI.



**FONTE:** Adaptado de Saracevic (1996, p.5).

Essa perspectiva científica da informação foi uma inovação no campo da produção e comunicação do conhecimento científico, pois possibilitou a criação de tecnologias de informação que se desenvolveram e continuam a evoluir até os nossos dias.

Seguindo essa visão social da informação, Freire (2004), aponta três condições básicas para sua existência: o ambiente social, os agentes comunicantes e os canais de comunicação, segundo ele, essas seriam as condições que tornam possível o processo de comunicação entre o emissor e o receptor da informação.

Dando continuidade a esse processo de desenvolvimento da Ciência da Informação, apresenta-se como um conceito mais apropriado para a definição da relação entre a informação e seu contexto social o conceito apresentado por González de Gómez (apud FREIRE, 2006), que apresenta a informação como um conceito relacional, que interage com contextos informacionais (regimes de informação) diversos, o que seria próprio da sociedade contemporânea. Esse conceito sugere uma releitura da sociedade sobre a informação, que tem como perspectiva as tecnologias digitais de comunicação da informação.

Nesse contexto informacional de organização e disponibilização da informação surge a necessidade de se criar mecanismos capazes de melhorar e controlar o fluxo informacional, surgindo áreas diversificadas de conhecimento que passam a exigir especificidades para o controle de suas informações a exemplo das áreas de Tecnologia da Informação, biblioteconomia e a arquivologia, etc..

Para Saracevic (1996), o desenvolvimento da relação entre CI e Comunicação apresenta várias dimensões: um interesse compartilhado na comunicação humana, juntamente com a crescente compreensão de que a informação como fenômeno e a comunicação como processo devem ser estudadas em conjunto; uma confluência de certas correntes de pesquisa; algumas permutas entre professores; e o potencial de cooperação na área da prática profissional e dos interesses comerciais/ empíricos.

Em virtude do exposto, buscou-se neste trabalho fazer um levantamento teórico acerca das dimensões propostas pela CI e a Teoria da Comunicação, as quais são de fundamental relevância para o delineamento de atividades de DF dentro de um arquivo, buscando elencar dentro do processo de comunicação os meios de comunicação utilizados para a promoção das informações junto a sociedade, propiciando assim, uma interação mais estreita entre a Unidade de Informação (o Arquivo) e a sociedade.

### 3.1. A ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: ORIGEM E EXPANSÃO

Em meio ao surgimento da CI e posteriormente a Sociedade da Informação, começam a surgir também novas ciências com especificidades voltadas para o estudo das unidades de informação visando controlar mais de perto seus acervos informacionais e todo tipo de informação produzida e\ou recebidas pelas instituições publicas e privadas do país e no mundo no decorrer de suas atividades, a exemplo da Arquivologia, que segundo a Associação dos Arquivistas Brasileiros (2010), teve seu ensino sistemático originado na Europa na metade do século XX, sendo definida como “uma ciência que tem como objeto a informação registrada sob os mais variados suportes”.

No Brasil, a Arquivologia surgiu a partir do Curso de Arquivo criado em 1922 pelo Arquivo Nacional, tendo sido regulamentado em 1958 passando então a ser conhecido como Curso Permanente de Arquivos. E em 1973, o Ministério da educação e Cultura (MEC) certifica o curso como sendo de nível Universitário.

No ano de 1970 foi criada a Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB e a regulamentação da profissão de arquivista, bem como a exigência para a formação desse profissional. Para Alves e França (2011), no que tange ao campo do conhecimento, a arquivística assim como a Biblioteconomia, a Informática, a Comunicação Social entre outras áreas do conhecimento, dialogam com a Ciência da Informação.

Ao ressaltar a questão da Arquivística no Brasil, LOPES (2009, p.61), afirma que:

[...] O fenômeno arquivístico muitas vezes é reduzido a importantes e inegáveis aspectos técnico-científicos universais, desconsiderando-se, todavia, determinadas tradições histórico-sociológicas de Estado e da burocracia de cada região e país.

Isso implica em dizer que, embora o país disponha de leis que visam assegurar a preservação do patrimônio documental arquivístico, estas não estão sendo cumpridas na prática, em virtude das questões culturais que são inerentes a cada região do país. Nesse sentido deve-se ressaltar que não adianta criar leis para assegurar a permanência dos nossos patrimônios documentais se não houver interação entre os governantes sobre a sua responsabilidade diante da preservação desse importante patrimônio histórico. Não diria que a falha na não preservação do patrimônio documental do país está apenas nas mãos dos nossos governantes, mas em especial dos profissionais de arquivologia, que muitas vezes agem como



se não soubessem da sua responsabilidade, diante da preservação da história local contada através dos nossos acervos documentais.

No Brasil, atualmente, existem cerca de quinze cursos superiores de Arquivologia dentre os quais estão os da UFSM, criado em 1976, seguido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (1977) e Universidade Federal Fluminense – UFF (1978), estas foram as primeiras Universidades a criarem o curso de arquivologia no país. Na década de 1990 ocorre a consolidação do campo da arquivística a partir do aumento significativo do número de cursos de arquivologia e da melhoria da qualificação do corpo docente desses cursos (ALVES; FRANÇA, 2011).

No estado da Paraíba, em 29 de agosto de 2006, foi fundado o primeiro curso de Arquivologia do estado pela Universidade Estadual da Paraíba, no Campus V – Ministro Alcides Carneiro, situado no município de João Pessoa. O referido curso foi criado pela Resolução nº010/2006 – CONSUNI/UEPB, na modalidade Bacharelado, com carga horária de 3.520 hora/aula com duração mínima de 4 anos e máxima de 7 anos, no turno diurno e noturno. Logo após, em 2008 a Universidade Federal da Paraíba – UFPB, cria a partir da Resolução 41/2008 do CONSEPE o Curso de Arquivologia, com duração mínima de 4 anos no turno diurno e de 5 anos no turno noturno, com carga horária de 2.760 horas-aula.

A criação dos cursos de arquivologia demonstram na prática a necessidade de melhoria dos nossos arquivos e de dar tratamento adequado as informações existentes nessas unidades de informação. É perceptível que a arquivologia já teve avanços significativos em diversas áreas que ela engloba, a exemplo da utilização de novas tecnologias em seus procedimentos, a criação de leis que garantem o acesso a informação, etc.. No entanto, ainda persiste a existência de velhos problemas de organização, acesso, difusão e atendimento aos seus usuários.

O surgimento da CI bem como da Arquivologia nos remete a importância de compreendermos os principais aspectos que envolvem os seus objetos de estudo no contexto da Sociedade da Informação, visto que, a informação é o elemento fundamental para a construção de conhecimentos e posterior mudança de paradigmas sociais estabelecidos ao longo da vivência das sociedades.

### 3.2. OS ARQUIVOS EM MEIO À SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO NO SÉCULO XXI

No âmbito da Sociedade da Informação, do Século XXI, os arquivos - Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa

ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte <sup>2</sup>- que foram criados pelas sociedades humanas com o intuito, inicialmente de guardar os registros, de suas ações e transações, em suportes que pudessem garantir a perpetuação de suas vivências, direitos e deveres ao longo do tempo para as gerações futuras, de modo a preservar os testemunhos necessários ao andamento das relações entre governantes e governados, hoje desempenham não apenas essa função de preservação e guarda como também o de disseminador de informações para a sociedade.

Os arquivos representam um patrimônio documental - conjunto de documentos pertencente aos arquivos permanentes também chamados históricos - de singular importância e relevância social para humanidade, pois, o mesmo apresenta-se como um lugar de memória e esta por sua vez, tem potencialidade para informar e alterar a realidade presente. Mas neste contexto a memória só é pensável como arquivo quando se pretende determina-lo enquanto monumentalidade (DUARTE, 2007). É fato que a importância dos arquivos foi ampliada em virtude do desenvolvimento dos conceitos sociais, econômicos e culturais da humanidade (PAZ, et al., 2004). Compreender a função que estes desempenham junto a sociedade é de grande relevância para a necessidade de difusão de seu acervo documental.

Em conformidade com esta afirmação é pertinente ressaltar a compreensão de que os Arquivos são patrimônios únicos e insubstituíveis, cuja função vai além dos procedimentos técnicos administrativos referentes à organização de seus documentos, pois a estes cabe a responsabilidade de transmitir de uma geração a outra, todas as informações pertinentes que possam contribuir de alguma maneira para o desenvolvimento econômico, social e cultural de uma nação.

No tocante a esta questão Bellotto (2002), afirma que, por definição, “os arquivos têm como funções básicas: a gestão, a guarda e a difusão das informações contidas nos documentos produzidos, recebidos, acumulados pelas diferentes entidades públicas ou privadas no decorrer do seu funcionamento, encarregando-se também de assessorar a sua produção e administrar o seu uso, considerando-se as distintas possibilidades para tal, relativamente à primeira, segunda e terceira idade dos documentos”.

Nesse aspecto, ressaltamos que a função dos arquivos públicos como instituição é o recolhimento, a preservação e a organização dos fundos documentais produzidos pelo governo nos âmbitos municipal, estadual e federal, de forma a servir como fonte de informação para o administrador, o historiador e o cidadão comum. Outra função de cunho

---

<sup>2</sup> Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005)

mais social, embora pouco explorada no Brasil, diz respeito ao papel educativo e de difusão cultural dos arquivos.

Em virtude do exposto, reiteramos que os arquivos são fontes confiáveis de informação para ações administrativas e transparentes, e de relevância histórica, pois os documentos de arquivo são geridos pelos seus responsáveis desde a sua criação de maneira que sejam preservados seus valores e significados. Desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuir para a constituição e salvaguarda da memória individual e coletiva. Neste contexto é pertinente ressaltar que: ‘O livre acesso aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e aumenta a qualidade de vida [...]’(DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE OS ARQUIVOS, 2010).

No tocante a esta questão fundamental sobre a funcionalidade dos arquivos em meio a sociedade da informação, pode-se ressaltar que a função atribuída aos arquivos vai muito além da visão dispensada aos mesmos, embora ainda persistam comportamentos de restrição e uso de suas informações, tanto pelos gestores dessas instituições quanto pela comunidade de maneira geral. Essa visibilidade restritiva aos arquivos está atrelada insistentemente a alguns pontos que são vistos como influenciadores desse pensamento arcaico e diminuto quanto às funções e o uso dos arquivos, tais como:

- ✓ Dificuldades de acesso;
- ✓ Atendimento precário aos usuários;
- ✓ Falta de conhecimento da população quanto à utilização dos arquivos;
- ✓ Falta de recursos financeiros para organização e manutenção;
- ✓ Inadequação estrutural dos arquivos para atender aos seus usuários, etc.

Conforme esta informação, esses problemas ainda persistem em aparecer constantemente como fatores desestruturantes no tocante a implantação de um sistema de gestão de arquivo adequadamente organizado para atender a população que necessite dos serviços oferecidos pelo mesmo. O desenvolvimento de políticas arquivísticas voltados para difundir o arquivo podem servir para projetá-lo em meio a sociedade da informação como um bem patrimonial necessário para o desenvolvimento social do país, e no tocante a esta afirmação é pertinente reiterar que conforme Duarte (2007, p.143) afirma, “Quaisquer que sejam as formas de sua concepção, o arquivo possui um universo rico de elementos que devem ser explorados para que se possa ter acesso às variadas possibilidades de acesso à informação”.

Neste sentido, pensar as atividades de Difusão Cultural (DC) e Ação Educativa (AE) em Arquivos pressupõe trazer uma concepção mais ampla do potencial que essa unidade informacional tem para dispor aos seus usuários e a comunidade em geral. Por isso, a necessidade de difundir o arquivo para a comunidade local, ressaltando sua função enquanto detentor de memórias e melhorias sociais, pois é conhecendo o seu passado que o cidadão passa a conhecer a sua história e os seus direitos também.

### 3.3 AS DIMENSÕES DO CONCEITO DE INFORMAÇÃO E DE ARQUIVO

Mediante o surgimento das ciências que tem como objeto de estudo a informação produzida pela sociedade e para a sociedade, é de singular relevância para esta pesquisa elencar as definições para o conceito de informação, embora esta seja infinitamente complexa não sendo possível defini-la de forma direta e objetiva. Tomando como base esta afirmação, podemos ressaltar que, segundo Barreto (1994, p.1),

Associada ao conceito de ordem e de redução de incerteza, a informação identifica-se com a organização de sistemas de identidades inanimadas ou de seres vivos racionais. Nesse sentido, o autor procura caracterizar a essência do fenômeno da informação como a adequação de um processo de comunicação que se efetiva entre o emissor e o receptor da mensagem. Ele conclui que os diversos conceitos encontrados para a informação tendem a se localizar no começo e no fim do processo de comunicação.

Segundo Greewood (apud BRAGA, 2009), “A informação é considerada um ingrediente básico nos processos de decisão, ressaltando-se a importância de saber fazer uso da informação e aprender novos modos de ver o recurso informação para que a empresa funcione melhor, isto é, para que se torne mais eficiente. A partir daí surge a necessidade de promover o uso da informação de maneira mais adequada e consciente, facilitando assim a tomada de decisão em de uma organização, e para que essa informação seja adequadamente assimilada torna-se essencial conhecer e desenvolver os mecanismos mais apropriados de comunicação para serem utilizados na instituição.

Segundo Barreto (1994), a produção da informação (estruturas significantes), operacionaliza-se através de práticas bem definidas, apoiando-se em um processo de transformação orientado por racionalidade técnica que lhe é específica; representa atividades

relacionadas à reunião, seleção, codificação, redução, classificação e armazenamento de informação.

Neste contexto, o arquivo enquanto unidade detentora de informações relevantes para a construção da história local apresenta-se como um elemento diferencial para a sociedade da informação, pois, conforme afirma Lopes (2009, p.114), “Entre os numerosos tipos de informação, a arquivística tem um papel particular, porque no campo das informações registradas ela é a mais fundamental, e é comum a quase todas as atividades humanas contemporâneas”.

Segundo a Lei de Arquivos (Lei 8.159/1991), os arquivos podem ser considerados como:

Os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

Para além desta definição, podemos ressaltar também a definição de arquivo descrita pela Associação dos Arquivistas Holandeses (1898), que define arquivo como sendo:

O conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia deste órgão ou funcionário.

Em conformidade com o Conselho Internacional de Arquivos (1984), os arquivos compreendem “o conjunto de documentos, quaisquer que sejam suas datas, suas formas ou seus suportes materiais, produzidos ou recebidos por pessoas físicas, de direito público ou privado, no desempenho de suas atividades”. De acordo com a natureza da entidade que os produziu, os arquivos podem ser públicos (são os conjuntos de documentos produzidos e/ou recebidos no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias) ou privados (os conjuntos documentais produzidos e/ou recebidos por pessoas físicas, em decorrência de suas atividades, isto é, pessoais ou institucionais).

As definições apresentadas remetem-nos à compreensão de que os arquivos foram criados com o intuito de resguardar a memória das ações humanas materializadas através dos

registros documentais, feitos em diversos suportes. Nesse aspecto, os documentos – toda informação registrada em um suporte material, suscetível de ser utilizado para consulta, estudo, prova e pesquisa, comprovam fatos, fenômenos, formas de vida e pensamentos do homem numa determinada época ou lugar são resultantes das atividades jurídicas, administrativas e funcionais das pessoas ou das entidades públicas ou privadas no decorrer de suas atividades.

Remetendo-nos ao conceito de documento de arquivo, que são todos os registros que produzidos e/ou recebidos por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada, no exercício de suas atividades constituem elementos de prova ou de informação. Estes formam um conjunto orgânico, refletindo as atividades a que se vinculam, expressando os atos de seus produtores no exercício de suas funções. Assim, a razão de sua origem ou a função pela qual são produzidos é que determina a sua condição de documento de arquivo e não a natureza. A informação existente nestes documentos são essenciais para a construção da identidade social e cultural de um povo.

Para Morigi e Veiga (2007, p.37), as informações arquivísticas podem ser definidas como

O conjunto de documentos recolhidos ao arquivo, que tenham a capacidade de fornecer ao usuário conteúdos que possibilitem a execução das tarefas rotineiras. [...] Neste sentido, a informação arquivística é um elemento potencializador das atividades das instituições, pois auxilia na produção intelectual da administração.

Neste aspecto, ressalta-se que o ato de tomar posse das informações existentes nos documentos arquivísticos é poder visualizar e entender a realidade existente no país. Posicionar-se frente à defesa dos arquivos públicos é manter viva a história e a memória desses acervos informacionais.

A informação é crucial no processo do desenvolvimento sócio-econômico e cultural de um país. Assim, para que os serviços/sistemas de informação possam cumprir o seu importante papel na solução dos problemas dos países em desenvolvimento, devem fornecer a informação que torne possível aos países identificar as necessidades locais e fixar as prioridades de ação para o desenvolvimento ajustado às suas condições e aspirações.

Nesse contexto informacional, Lopes (2009, p.115), ressalta que,

Entre os numerosos tipos de informação, a arquivística tem um papel particular, porque no campo das informações registradas ela é

fundamental, e é comum a quase todas as atividades humanas contemporâneas. É absolutamente aberrante perceber, ao consultar livros e artigos sobre ciência da informação, descobrir que a informação arquivística é raramente citada e, quiçá, compreendida. As informações biblioteconômicas e comunicacionais possuem territórios bem demarcados. As de atribuição e natureza museológica detêm um lugar mais ou menos definido. Mas a arquivística, mesmo quando citada, revela uma tendência persistente a emergir somente dentro de sua problemática específica. Esta atitude diminui a cientificidade das ciências da informação e freia o desenvolvimento da arquivística.

A informação arquivística é importante para a sociedade, salientando que esta só terá cumprido o seu papel a partir do momento em que, for, através do pensamento reflexivo dos usuários, propiciar mudanças significativas nas diversas áreas sociais, visto que, segundo Bellotto (2006, p.23),

Havendo uma apreensão direta e concreta do conteúdo dos documentos, será mais fácil, posteriormente, “encontrar o caminho” do arquivo; ou pelo menos conhecer sua existência e missão. Haverá, no jovem, um interesse maior pela história, seja como, seja como futuro cidadão atuante. Poderá mesmo, em suas futuras atividades profissionais, diversas que sejam do campo da história, seu um dos que atuem na preservação de documentos originais, mesmo no âmbito da iniciativa privada [...].

Para além desta informação, surge a necessidade de repensar as dimensões atribuídas à informação arquivística, tanto no Brasil quanto no mundo, em virtude das suas características primordiais que retratam a realidade histórica registrada ao longo das atividades desenvolvidas por diversas instituições públicas e privadas. Faz-se necessário fazer uma releitura da importância relegada aos documentos de arquivo e às informações registradas em diversificados suportes informacionais, procurando elencar os principais pontos que ligam o arquivo à realidade vivenciada pela sociedade como um todo.

### **3.3.1 Os usuários da informação arquivística**

Diante dessa necessidade de disseminação da informação para a sociedade, surgem também, outras questões que estão diretamente ligadas a disponibilização e o acesso as informações nas unidades de informação, que se configuram em torno de estudos mais elaborados sobre o perfil dos usuários da informação. Pois, segundo Dias e Pires (2004,

p.5), “o conhecimento do comportamento dos usuários da informação é imprescindível para planejar, desenvolver e prestar serviços que de fato atendam as necessidades dos usuários consumidores e produtores de informação”.

É pertinente ressaltar que, dentro do processo da produção de estoques de informação deve existir a racionalidade técnica e produtivista na geração de novos conhecimentos visando atender as necessidades da sociedade. Com base nesta afirmação, entendemos que,

A distribuição ou transferência da informação, contudo está condicionada por uma limitação contextual e cognitiva. Para intervir na vida social, gerando conhecimento que promova o desenvolvimento, a informação necessita ser transmitida e aceita como tal. Os espaços sociais não são homogêneos como o processamento técnico dos estoques de informação. A realidade em que se pretende que a informação atue e transforme, é multifacetada e formada por micronúcleos sociais com divergências tão profundas em países como o Brasil, que podem ser vistas como micronações isoladas por suas diferenças. Os habitantes destas comunidades sociais diferenciam-se segundo suas condições, como grau de instrução, nível de renda, religião, raça, acesso e interpretação dos códigos formais de conduta moral e ética, acesso à informação, confiança no canal de transferência, codificação e decodificação do código lingüístico comum, entre outro (BARRETO, 1994, p 4).

Daí a necessidade de buscar profissionais que consigam desenvolver a sua competência informacional voltada para atender aos usuários dos acervos documentais arquivístico, de maneira que possam estar sensíveis e atentos para identificar as necessidades de informação de cada usuário, visando ultrapassar as limitações existentes, por parte dos produtores de informação, no que tange as competências contextuais e cognitivas dos habitantes de realidades diferenciadas. Segundo Barreto (1994), estes profissionais necessitam, pois, adotar estratégias de distribuição, que viabilizem a aceitação do seu produto.

Conhecer as necessidades informacionais da comunidade a ser atendida, constitui o ponto de partida do planejamento de um serviço de informação e uma preocupação constante no decorrer da prestação dos serviços. Deve-se ter em mente que acessibilidade e facilidade são fatores determinantes no uso de serviços de informação e dos canais de informação, pois, via de regra, utiliza-se a informação da zona de conforto (DIAS; PIRES, 2004, p.6).

Os usuários da informação arquivística possuem necessidades específicas de informação, as quais cabem ao arquivista identifica-las e procurar atende-las da melhor forma possível. Um estudo mercadológico sobre o perfil e as necessidades de informação dos usuários reais e potenciais dos arquivos, realizado em parceria com outros setores de



marketing da instituição, podem contribuir significativamente para o desenvolvimento de ações voltadas para disseminação das informações na unidade de informação (arquivo). Nesse contexto as parcerias firmadas entre o arquivo e outras instituições como: museus, bibliotecas, centros de documentação, universidades e instituições culturais ligadas ao turismo local, tornam-se essenciais para o sucesso do planejamento das atividades culturais e educativas no arquivo (BELLOTTO, 2002).

Em virtude do exposto, é importante compreender que os usuários da informação não são mais vistos, no processo de assimilação do conhecimento, como um ser passível, que aceita todas as imposições que lhe são direcionadas. Ele ocupa “hoje” o lugar de assimilador, disseminador e produtor de novas informações. O seu potencial para gerar novas informações está associado ao fato de existirem novas visões para a questão da aprendizagem e conhecimento. Partindo do pressuposto de que nenhuma informação é produzida de forma aleatória e/ou neutra, é necessário perceber que todo usuário está intimamente ligado ao seu processo de disseminação e produção, pois, ao utilizar o banco de dados de um arquivo, seja este de caráter público ou privado, ele irá desenvolver novas informações que poderão introduzir mudanças significativas no meio social.

No processo de análise para a implementação dos programas de ação educativa e de difusão cultural nos arquivos, requer do arquivista um novo olhar sobre os usuários reais e potenciais dos arquivos, devendo ser o “usuário da informação arquivística” repensado pelos gestores dos acervos informacionais arquivísticos, como sendo a porta de entrada para as melhorias nos arquivos. Compreendendo que a partir do momento em que os usuários da informação arquivística passarem a serem vistos de forma diferenciada, novas propostas deverão ser elencadas no que se refere as questões de atendimento ao cliente, condições de acesso a informação e infraestrutura, etc.

## A DIFUSÃO CULTURAL COMO RESPONSABILIDADE DO ARQUIVO E DO ARQUIVISTA

Neste capítulo, iremos contextualizar e discutir a Difusão Cultural (DC) no âmbito dos arquivos públicos, ressaltando a responsabilidade dos arquivistas no desenvolvimento das ações de DC, dentro do arquivo, como uma atividade inerente, também, ao arquivista enquanto gestor do patrimônio documental existente em seu acervo documental.

Tendo como ponto de partida para esta discussão, ressaltamos a necessidade de compreender a Difusão Cultural como uma das funções complementares aos arquivos, podendo ser visualizada, como sendo de significativa importância para a criação de um “*elo*” entre o arquivo e a sociedade. Segundo Bellotto (2002), as ações ou atividades complementares aos arquivos, são aquelas relacionadas com as exposições, os eventos, as comemorações, a participação do arquivo nas atividades de teatro e de turismo, assim como nas ações junto ao ensino fundamental e médio. Estas novas funções estão diretamente relacionadas com o uso popular do arquivo enquanto detentor do patrimônio documental comum a toda comunidade.

Conforme ressalta Belsunce (1980 apud BELLOTTO, 2002), o uso dos arquivos históricos – são os arquivos que depois de serem criteriosamente avaliados e expurgados, foram preservados em razão da herança cultural e da pesquisa histórica, abrindo-se ao uso mais amplo que a sociedade pode fazer das informações contidas em seus documentos (COUTURE; ROUSSEAU, 1982 apud BELLOTTO, 2002, p.6) – pode ser dividido em três categorias, ligando-as a seus objetos e seus sujeitos, que são: o uso acadêmico; o uso prático e o uso popular. Em virtude do exposto, propomos o uso popular dos arquivos, cujo objeto é informativo e o sujeito, o homem comum.

Para Bellotto (2002) o uso popular do arquivo, não se trata só da busca que um cidadão pode fazer nos arquivos em torno dos seus direitos e seus deveres, mas também o papel de mediação cultural que o arquivo pode ter.

A participação progressiva nos arquivos na ação cultural reveste-se de uma aprendizagem da história, ao nível das populações menos letradas, assim como de tomada de consciência das identidades comunitárias, pelo conhecimento das tradições, do patrimônio arquitetônico, da história local, etc. Tudo isso pode ser apreendido nas exposições, nos contatos entre escola e arquivo, nas publicações de cunho cultural e lazer cultural à comunidade (BERCHE, 1980 apud BELLOTTO, 2002, p. 5).

Nesse sentido as atividades de Difusão Cultural, desenvolvidas nos arquivos permanentes – aquele em que os documentos já cumpriram a sua função administrativa (valor primário) e, agora, têm a função de prova e testemunho (valor secundário) - podem contribuir para estreitar a relação entre o arquivo e o usuário da informação, pois este é o que melhor articula a informação histórica de uma instituição ou local. Em termos gerais, se a instituição é de interesse e de direito público para a sociedade, constitui-se um patrimônio cultural (SANTOS, 2010).

A necessidade de difundir as informações arquivísticas para a comunidade geral e local pode ser visualizada como uma maneira de garantir um direito assegurado mundialmente em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que foi construída durante a Revolução Francesa no Século XVIII. Nesse sentido, esse direito também está assegurado na Constituição Brasileira (1988, p.59), que reza em seu Artigo 216, §2º, que “cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem”. Em conformidade com o exposto, pode-se inferir que a informação é um direito de todos os cidadãos. Nesse contexto o ato de difundir, pressupõe “a ação de propagar, comunicar, informar. O que é próprio da disseminação”(MEDEIROS, 2013, p.3).

Visando garantia o livre acesso aos documentos pertencentes aos arquivos físicos, outro avanço significativo foi alcançado com a criação da Lei nº 12.527 (Lei de Acesso à Informação), de 18 de novembro de 2011, que regulamenta e estabelece os procedimentos para o acesso as informações públicas. É pertinente ressaltar que embora esta lei tenha trazido novas perspectivas para o uso da informação arquivística, surgem também, alguns problemas de disponibilização e acesso, que colocam o arquivista diante de uma situação bastante delicada, pois conhecendo as dificuldades enfrentadas diariamente no seu ambiente de trabalho, ele vê-se obrigado muitas vezes a aceitar uma exigência que não está pautada na realidade dos arquivos brasileiros.

Nesse aspecto, um ponto bastante importante a ser destacado é que, conforme a “fala” do pesquisador do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, José Eduardo Franco (2011), ‘Pôr a falar os arquivos ou, pelo menos, permitir que com facilidade nos aproximemos deles, mostrando o que têm para nos dizer, é tarefa louvável e merecedora de apoio, reconhecimento e aplauso’. Esse pensamento traduz de maneira louvável o verdadeiro desejo de formação de um pensamento motivador para repensar o que, de fato, os arquivos podem representar enquanto melhorias para a sociedade. Encontrar a maneira mais adequada de disponibilização das informações

existentes em seu acervo documental pressupõe permitir o acesso facilitado a todos os cidadãos que necessitem de informações sobre a sua história e a atuação dos que governam a máquina pública no país.

Em face desta afirmação, debruçamo-nos diante da necessidade de difundir o arquivo permanente – fase em que os documentos assumem um caráter histórico, passando o seu uso a ser científico, social e cultural – para a comunidade local, como um ambiente propício para o desenvolvimento de ideias inovadoras e de reavivamento de memórias, pois nele estão armazenados documentos históricos – são documentos que após serem criteriosamente avaliados e selecionados, serão preservados, em quantidade limitadas por esta seleção, para efeitos de pesquisa científica, herança cultural e testemunho social (BELLOTTO, 2002) - e também administrativos que trazem os registros das vivências da sociedade.

O arquivo permanente é composto pelos conjuntos documentais existentes em cada arquivo público ou privado, dos nossos municípios constituindo-se como, o que se pode chamar de bens culturais. Segundo Grunberg (2007), estes bens culturais podem ser definidos como: bens materiais (edifícios, praças, mercados, jardins, fotografias, documentos, esculturas, quadros, instrumentos de trabalho, etc.) e imateriais (músicas, danças, festas religiosas, ou populares, comidas, rituais, hábitos e costumes, formas de fazer, saberes e dizeres populares etc.). Para Grunberg (2007) os bens culturais

[...] podem também ser consagrados ou não consagrados, entendendo os primeiros como os reconhecidos pela sociedade e protegidos por legislações (leis e decretos), e os segundos como aqueles que fazem parte de nosso dia a dia, da nossa realidade, revelando os múltiplos aspectos que a cultura viva de uma comunidade pode apresentar (GRUNBERG, 2007, p.5).

Nesse aspecto, cabe aos arquivistas difundir o arquivo socialmente de maneira que possam ser ressaltadas as suas funções e importância no sentido de que, buscar conhecimento através dos acervos documentais é “beber” diretamente da fonte que nos proporciona possibilidades de produzir conhecimentos e gerar informações novas sem haver a interferência direta de informações compartilhadas através de outros usuários que conseguiram, através do seu conhecimento e da sua experiência, colocar de forma diferente as informações obtidas nesses acervos e que foram repassadas para a sociedade.

Em conformidade com as exposições dessas idéias a difusão cultural, definida como

o planejamento e execução de estratégias de comunicação e marketing voltados para publicizar, através de determinados meios, canais e públicos, produtos e serviços de informação em arquivo. Consiste no desdobramento de uma política de gestão articulada com uma das funções do arquivo e do arquivista (MEDEIROS, 2013, p.7).

Esta ação de difusão cultural representa um avanço significativo para os arquivos permanentes, pois podem evidenciar a importância que um acervo tem para a sociedade, pelo poder da visibilidade que conferem aos acontecimentos do passado e aos fenômenos sociais. Através disso, o cidadão comum tem a possibilidade de reviver suas lutas pela construção de uma sociedade melhor. Mas para que a DC possa ser plenamente alcançada, no âmbito dos arquivos permanentes, é preciso que haja uma interação conjunta com as ações educativas, sendo esta compreendida como

o planejamento e execução de estratégias pedagógicas no arquivo a partir da efetivação da difusão cultural. Consiste nas articulações entre a informação custodiada e o saber que pode se estruturar a partir da coordenação entre o conteúdo da informação e seus significados que interligam presente, passado e futuro (MEDEIROS, 2013, p. 10).

Nesse sentido Bellotto (2004, p.22) sugere seis princípios para a concretização de uma política de incentivo a utilização dos arquivos como espaços educativos:

[...] que parta dos arquivistas uma aproximação com as escolas, e em especial os dos arquivos municipais; que se estabeleça um cronograma de trabalho e planejamento de atividades, pois é preciso considerar os conteúdos programáticos e escolher os documentos mais apropriados a ele; que os grupos de alunos girem em torno dos 20, entre 13 e 19 anos, e que sejam anteriormente esclarecidos sobre o porquê dos do arquivo; que exista um amplo entrosamento entre o professor e o arquivista; que o professor exija sempre um relatório dos alunos para medir o aproveitamento das atividades e que principalmente se tomem exemplos feitos em outros países, o da França em especial.

Em conformidade com o exposto, é possível a realização de atividades de Ação Educativa (AE) e Difusão Cultural (DC) em um arquivo, ambas articuladas de maneira a permitir o acesso aos documentos, mas para que estas sejam efetivamente implantadas caberá aos profissionais do arquivo fazerem uso de suas habilidades para tornar esta fonte de informação acessível. Nesse contexto, o arquivista não pode mais ser visto como um

profissional apenas técnico, pois é um produtor de conhecimento para sociedade, ao realizar a análise dos documentos que podem contribuir de alguma forma para as mudanças sociais.

Nesse aspecto, podemos ressaltar a importância que os arquivos de diversas instituições de caráter público ou privado podem contribuir para a sociedade, a exemplo das instituições religiosas, como a igreja católica que tem grande atuação junto à sociedade brasileira, até os dias atuais.

#### 4.1 AS AÇÕES COMPLEMENTARES AOS ARQUIVOS: DIFUSÃO CULTURAL E AÇÃO EDUCATIVA

Em meio à Sociedade da Informação, surgem novas necessidades que contemplam diversos aspectos de acessibilidade e disseminação de informações para a construção de conhecimento, necessitando, para tanto, que haja a interação entre os diversos centros de armazenamento e distribuição da informação, a exemplo dos arquivos e bibliotecas.

Pensar novas possibilidades de atender a essa demanda informacional pressupõe a adoção de ações que possibilitem haver uma ligação mais estreita entre o usuário da informação e a unidade informacional. No tocante à essa questão, a informática tem servido como um elo essencial entre o emissor e o receptor da mensagem, visando atender as necessidades dos usuários da informação. Mas, ainda há muitos problemas para serem resolvidos, principalmente no que se refere aos arquivos brasileiros. E é justamente para a melhoria e a expansão das atividades desenvolvidas pelos arquivos, para interagir com a comunidade local, que estes devem buscar ampliar as suas funções através do desenvolvimento de ações complementares que compreendem os serviços de Difusão Cultural e Ação Educativa.

Dessa forma, poderão ser estendidas as possibilidades de se pensar a instituição arquivística, com a promoção de uma prática que propicie aos indivíduos serem sujeitos ativos no processo de geração de conhecimentos, a partir dos fundos documentais dessas instituições e da criação de novos fundos por meio da coleta de materiais, seja de grupos familiares, idosos, comerciais, políticos, etc. (CABRAL, 2012).

Em virtude da necessidade de delinear a construção de conhecimentos específicos voltados para as ações complementares aos arquivos, buscamos abordar algumas definições para os conceitos de ações educativas (AE), tornando-se mais enfática e descritiva no tocante as ações de difusão cultural (DC), em virtude da temática desenvolvida nesta pesquisa.

As ações de difusão cultural e ação educativa necessitam, para serem melhor compreendidas, fazermos uma breve análise acerca dos conceitos de patrimônio cultural, bem cultural e educação cultural.

Segundo Machado (apud MINUZZO, 2010, p.13),

A Identidade Cultural é o elemento fundamental para a constituição do cidadão. Ela engloba o sentimento de pertencer a um povo que compartilha tradições, histórias e memórias. Realça semelhanças entre indivíduo e grupo e permite que estes aceitem as diferenças entre outros grupos, a partir do entendimento, da compreensão e do conhecimento. A preservação do patrimônio cultural ajuda no processo de identificação e traz referências do passado, revelando semelhanças e diferenças com a realidade atual. Tal preservação está associada à cidadania.

As discussões em torno da preservação do patrimônio estão ligadas diretamente à cidadania e ao direito de acesso à informação. Os indivíduos têm o direito de ter acesso à sua própria cultura, à sua história, à memória coletiva e social.

Neste contexto, podemos definir o patrimônio cultural como sendo

[...] todas as manifestações e expressões que a sociedade e os homens criam e que, ao longo dos anos, vão se acumulando com as das gerações anteriores. Cada geração as recebe, usufrui delas e as modifica de acordo com sua própria história e necessidades. Cada geração dá a sua contribuição, preservando ou esquecendo essa herança (GRUNBERG, 2007, p.5).

A preservação do patrimônio cultural significa a preservação da memória de toda uma sociedade, constituindo-se de todos os saberes, fazeres, comportamentos e experiências que, a partir dos seus objetos, registros e produtos concretos, produzidos pela sociedade. Nesse aspecto, Bellotto (2002), define que os bens culturais de um povo são constituídos dos “restos” ou “traços”(ainda que conservados íntegros e inteiros, porque serão amostragens) daqueles elementos quando, passada a utilização que motivou a razão de ser de sua criação, e são preservados por essa mesma sociedade. Nesse contexto, as políticas de preservação precisam ser direcionadas dentro da sociedade com o objetivo de reforçar uma identidade coletiva, visando a educação e a formação de cidadãos, o que na realidade não acontece. É preciso criar mecanismos que viabilizem e estreitem de fato à relação entre patrimônio e sociedade.

Em conformidade com o Guia Básico de Educação Patrimonial publicado em 1999 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a Educação Patrimonial pode ser definida como,

[...] um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (Horta; et al..1999, p.6 )

Nesse aspecto, os Arquivos, sejam públicos ou privados, desempenham uma função primordial junto à sociedade, que é a de assegurar aos cidadãos o direito de acesso às informações existentes nos documentos que compõem seus acervos, pois a destruição e a preservação do patrimônio histórico-cultural e da nossa memória não se opõem, complementam-se e sempre estão a serviço de sujeitos que se constroem e são construídos através de práticas sociais, que conforme, afirma Florêncio; et al. (2004, p.25),

[...] ao assumir funções de mediação, as instituições públicas devem, mais do que propriamente determinar valores *a priori*, criar espaços de aprendizagem e interação que facultem a mobilização e reflexão dos grupos sociais em relação ao seu próprio patrimônio. Sua função primordial é mediar todo tipo de processo de patrimonialização, encaminhando demandas e intervindo em questões pontuais e estratégicas, sempre se pautando pelo respeito à diversidade sociocultural.

Infelizmente, boa parte dos arquivos públicos, existentes no Brasil, encontram-se em condições inadequadas para serem abertos ao público, embora seja de responsabilidade do governo manter em bom estado de conservação os documentos produzidos pelo poder público no decorrer de suas atividades governamentais. Faz-se necessário, para o desenvolvimento das atividades de difusão cultural (DC) e ação educativa (AE) em um arquivo permanente – constituído por conjuntos documentais de valor histórico e de prova testemunhal e que possui tanto a utilidade historiográfica quanto administrativa - a disponibilização de um espaço organizado adequadamente para o atendimento dos seus usuários diretos e usuários em potencial.



Dentre as principais funções a serem desenvolvidas nos arquivos, ressaltamos as atividades de Difusão Cultural, que são de fundamental importância para a compreensão do papel social que cada cidadão desempenha em meio à sociedade.

#### 4.2 INTERLIGANDO A COMUNIDADE À UNIDADE DE INFORMAÇÃO

Ao ressaltarmos a importância dos arquivos para a sociedade, outros pontos importantes começam a surgir como elementos fundamentais no processo de comunicação da informação, pois, para que haja um elo entre o arquivo e a sociedade, o acervo necessita estar aberto a novas possibilidades de acesso aos seus documentos, e também precisa estar pautado em políticas públicas adequadamente planejadas para o desenvolvimento de atividades que possibilitem a integração entre o arquivo e a sociedade local.

As políticas públicas, definidas por Bellotto (2002, p.16), como o “conjunto de estratégias governamentais para atingir-se determinado fim, em geral, no sentido de melhorias da qualidade de vida dos governados”, voltadas para o acesso à informação arquivística, já avançaram bastante no sentido de assegurar o direito de acesso às informações que sejam pertinentes às necessidades de cada cidadão, mas pouco tem sido feito no sentido de tornar os arquivos um ambiente favorável para facilitação de acesso às suas informações, em termos estruturais e de comunicação.

Pensar novas formas de atrair a comunidade local para o arquivo e fazer uso das informações existente em seus documentos requer dos arquivistas uma postura mais centrada no desenvolvimento de ações complementares as funções do arquivo, tais como a Difusão Cultural e Ação Educativa, a exemplo dos arquivos da França, que conseguiram criar uma sistematização institucionalizada da assistência educativa por parte dos arquivos, de forma permanente, dinâmica e crescente. Diante dessa afirmação, entendemos que,

O arquivo pode fornecer recursos documentais de base não só para o ensino da história política e administrativa, mas a várias outras disciplinas das ciências biológicas, exatas, tecnológicas e, evidentemente, sociais, demonstrando suas atividades e concepções nos tempos idos (BELLOTTO, 2004, p.33).

Embora esta questão de acesso aos arquivos públicos seja ainda pouco pensada no contexto da arquivologia, diversas ações podem ser adotadas para a efetivação de acesso aos seus documentos, tais como a criação de sites para apresentação do arquivo e disposição dos seus documentos em meio digital, exposições de documentos para a comunidade local,

publicações em revistas, jornais entre outras possibilidades. Conforme Horta (1999), o patrimônio cultural e o meio ambiente histórico em que está inserido oferecem oportunidades de provocar nos alunos sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os a querer conhecer mais sobre eles.

Descobrir esta rede de significados, relações, processos de criação, fabricação, trocas, comercialização e usos diferenciados, que dão sentido às evidências culturais e nos informam sobre o modo de vida das pessoas no passado e no presente, em um ciclo constante de continuidade, transformação e reutilização, é a tarefa específica da educação patrimonial (HORTA, 1999, p.5).

Neste sentido, Santos (2010), entende que a cultura é uma dinâmica resultante de um processo social, independente de uma região, país, cidade ou instituição. A cultura apresenta-se como a construção histórica, concebida no âmbito desse processo, sendo compreendida como algo não natural, nem resultante em decorrência de leis físicas ou biológicas, resultante da interação coletiva da vida humana. Em conformidade com este entendimento, a sociedade apresenta-se como um conjunto de indivíduos que vivem em um território comum, obedecendo às mesmas leis e costumes.

#### 4.3 DIFUSÃO CULTURAL: A MEDIAÇÃO DA COMUNICAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA PARA A SOCIEDADE

Aspirando incentivar os gestores de arquivos para a necessidade da implementação de atividades que atraiam a população para conhecer o arquivo, o trabalho desenvolvido em seu interior bem como a documentação existente em seu acervo, a difusão cultural coloca como uma mediação da comunicação de informação arquivística para a sociedade.

Os arquivos são fontes que abrigam informações diversas. Ao adentrar em um ambiente arquivístico vários questionamentos podem ser suscitados na busca incessante de encontrar soluções para necessidades informacionais existentes.

É necessário ter uma concepção diferenciada sobre o que esta unidade de informação representa para uma nação. Os vários locais que abrigam documentos arquivísticos pelo país estão à mercê do tempo, pois a falta de iniciativa dos gestores públicos, e também de empresas privadas, que detêm sob sua responsabilidade documentos de valoração histórica

para população, acabam permitindo a deterioração completa dos acervos documentais existentes no Brasil.

Repensar o estado de conservação em que se encontram os arquivos é também remeter-nos à questão da concepção que se tem acerca da sua importância social, histórica e cultural, junto à sociedade. É refletir, de fato, o que os arquivos representam para o país, visto que, se os usuários, não conseguem reconhecer nos arquivos uma fonte inestimável de informação, como poderão estes arquivos tomar posse do seu lugar de destaque enquanto uma importante fonte de informação para a sociedade? Os gestores dos arquivos, sejam estes de caráter público ou privado, precisam repensar os seus acervos como sendo uma fonte inesgotável de conhecimento. Através dos conhecimentos produzidos e disseminados pelos usuários das informações arquivísticas, denominados aqui como “geradores de informação”, novos valores serão agregados à importância dos arquivos para a sociedade.

Associar os usuários da informação arquivística a geradores de informação é repensar o papel dos usuários mediante as mudanças que podem ser assimiladas no cotidiano dos arquivos, enfatizando-se que, junto a estes, os usuários atuarão como uma fonte geradora de “energia” para o seu funcionamento, crescimento e conservação. Partindo-se do princípio de que, no mundo dos negócios, só é viável empregar gastos se o retorno for favorável para quem investe, não havendo retorno sobre o que foi investido, então de que adianta investir?

E é justamente neste aspecto que o usuário da informação arquivística deve ser repensado pelos gestores dos acervos informacionais arquivísticos, como sendo a “porta de entrada” para as melhorias nos arquivos. É evidente que a partir do momento em que os usuários da informação arquivística passarem a serem vistos de forma diferenciada, novas propostas deverão ser elencadas no que se refere às questões de atendimento ao cliente, condições de acesso à informação, infraestrutura etc..

Frequentemente, um dos problemas enfrentados pelas empresas no que se refere ao atendimento de clientes é a tendência de encarar o atendimento e todas as operações da empresa somente do ponto de vista da empresa e não do cliente. Assim também se tem feito com os arquivos no Brasil, pois o cliente ainda ocupa o último patamar na questão dos serviços de informação, embora muitos avanços já tenham sido alcançados, a exemplo da criação de sites de diversos arquivos que permitem o acesso a seus acervos através da internet.

Devemos atentos que, com a evolução da informação e das tecnologias, novos termos têm sido criados para representar, de forma mais clara, as atividades que na atualidade, são demandadas pelo profissional da informação. Um termo que tem sido bastante discutido nesse sentido refere-se à “competência informacional”. No Brasil, o termo ainda está em construção

e foi mencionado pela primeira vez por Caregnato (2000 *apud* CAMPELLO, 2003), que o traduziu como “Alfabetização Informacional”, em um texto que propunha a expansão do conceito de educação de usuários e ressaltava a necessidade de que as bibliotecas universitárias se preparassem para oferecer novas possibilidades de desenvolver nos alunos habilidades informacionais necessárias para interagir no ambiente digital.

No contexto da competência informacional, é importante repensar os usuários de arquivos no Brasil, trazendo novas propostas direcionadas ao profissional da arquivologia, a fim de atender melhor os usuários dessas informações, buscando desenvolver nestes a capacidade de produzir novos conhecimentos a partir das informações existentes nos documentos contidos em seus acervos.

A aplicação desses conhecimentos e dessa informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso é a característica principal da evolução tecnológica do mundo contemporâneo (CASTELLS, 1999 *apud* GASQUE; TESCAROLO, 2004, p.37).

A aprendizagem, pelo seu potencial transformador, tem sido discutida exaustivamente no cotidiano, principalmente a partir do momento em que o sujeito humano percebeu que não só aprende como pode apropriar-se dos mecanismos envolvidos no complexo processo de aprendizagem e aperfeiçoamento.

Nesse sentido, Gasque e Tescarolo (2004, p.38) afirmam que:

O conhecimento, em razão de sua natureza provisória, significa mais do que nas evidências empíricas oferecem e jamais pode insinuar a certeza que os resultados parecem proporcionar. E por mais revolucionário que seja uma idéia nova deverá conter a anterior, que por sua vez, será uma aproximação de uma nova idéia. A reflexão é a capacidade humana de promover o discernimento necessário do conhecimento, apoiando-se em argumentos e conclusões próprias [...].

Em virtude do exposto, os usuários passam a exercer uma posição de destaque junto ao processo informacional, tanto pela capacidade de reflexão crítica quanto pelo seu potencial de inserir na sociedade novas informações que foram modificadas pela sua experiência e que trazem consigo concepções atualizadas para os registros do passado. Afinal, pode-se afirmar que a produção ou a geração de novos conhecimentos segue um ciclo vital que envolve: produção – assimilação-disseminação da informação.

Acerca da informação arquivística, podemos salientar que esta só terá exercido o seu papel por completo a partir do momento em que forem, através do pensamento reflexivo dos seus usuários, disseminadas junto à sociedade com fins de mudanças significativas nas diversas áreas sociais, pois,

A geração do conhecimento na sociedade da aprendizagem não pode ocorrer, a não ser que seja conduzido por meio do pensamento reflexivo, que lhes permita enfrentar suas próprias contradições e desarmar algumas armadilhas grosseiras a que se vê frequentemente submetido, como o adiamento de tomada de consciência dos problemas que hoje atingem a humanidade e as justificativas e movimentos evasivos para não enfrenta-los ((CASTELLS, 1999 *apud* GASQUE; TESCAROLO, 2004, p.37).

Buscar conhecimento através dos acervos documentais é beber diretamente da fonte que nos proporciona possibilidades de produzir conhecimentos e gerar informações novas sem haver a interferência direta de informações compartilhadas através de outros usuários que conseguiram, através do seu conhecimento e da sua experiência, colocar de forma diferente as informações obtidas nesses acervos e que foram repassadas para a sociedade.

O desenvolvimento de atividades complementares aos Arquivos, tais como a DC e a AE, podem verdadeiramente contribuir para a melhoria das condições estruturais, financeiras e de visibilidade, vivenciada pelos arquivos, e propiciar meios mais favoráveis para a difusão das informações arquivísticas utilizando canais comunicacionais mais condizentes com o público que se pretende atingir. Nesse aspecto, é de fundamental relevância perceber que, conforme ressalta Freire (2009), um arquivo que não sabe alimentar nos mais pequenos o gosto pela memória, não estará cumprindo uma das suas funções, nesse caso em especial, aquela que salva-guardaria o seu próprio futuro.

Para que haja efetivamente uma interação entre o arquivo e a comunidade local faz-se necessário a compreensão dos variados aspectos que envolvem o processo de comunicação realizado entre os usuários da informação e a unidade de informação, buscando prover de maneira adequada o acesso às informações que estão sob o seu controle.

#### 4.4 ASPECTOS GERAIS DA COMUNICAÇÃO INFORMACIONAL

O desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação gerou uma grande velocidade na propagação das informações, o que possibilitou um maior contato entre as sociedades, sem que estas precisem estar ligadas pelo espaço geográfico, configurando-se em um excelente canal de comunicação para as atividades de difusão cultural no do arquivo.

Essa nova realidade vivenciada pela sociedade fez surgir a necessidade de organização do processo comunicacional da informação no contexto arquivístico, pois para que a Difusão Cultural nos arquivos seja plenamente alcançada faz-se necessário o uso da comunicação em toda sua complexidade de maneira plena e eficiente em todos os momentos do seu processo.

Conforme Guimarães (2012) ressalta, o primeiro modelo comunicativo conhecido surgiu em 1948 e teve suas bases definidas na teoria matemática. Esse modelo foi desenvolvido pelo engenheiro elétrico Claude Shannon, que publicou um artigo chamado “Uma teoria matemática da comunicação”, com o intuito de tornar mais eficientes os telégrafos e aparelhos de telefonia da época. Para tanto, ele buscava evitar o ruído, isto é, as interferências que prejudicavam a perfeita transmissão da mensagem entre um aparelho e outro.

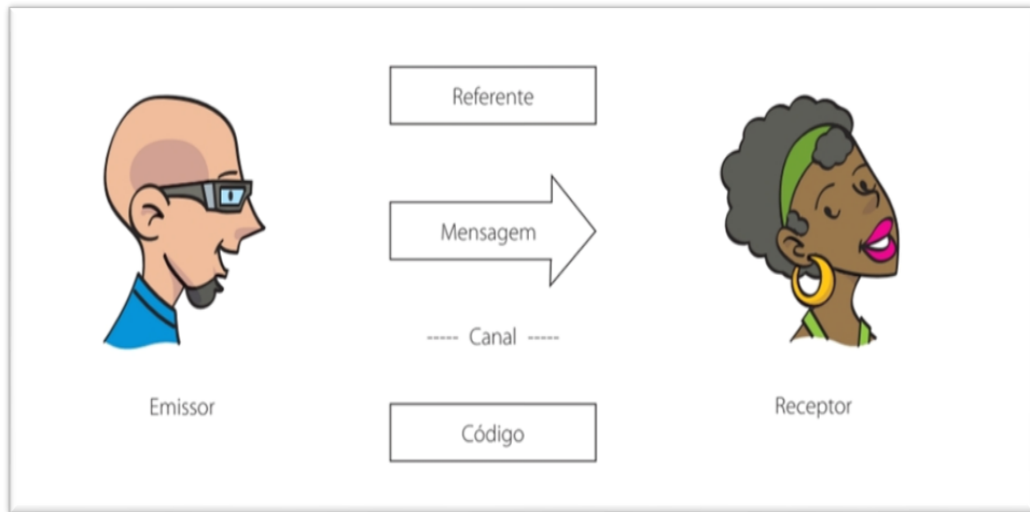
No ano subsequente, a divulgação do artigo sobre a teoria matemática da comunicação proposto por Shannon, seu trabalho é publicado novamente em um livro com prefácio de Warren Weaver, outro matemático e engenheiro; este, por sua vez, envia um exemplar da obra para Roman Jakobson, um renomado linguista da Universidade de Havard. A partir daí, Roman faz uma adaptação dessa teoria para explicar o processo de comunicação humana. Surge assim, a teoria matemática da comunicação humana (GUIMARÃES, 2012).

De acordo com o modelo comunicativo de Roman Jakobson (apud GUIMARÃES, 2012), em qualquer ato de comunicação humana estão presentes seis elementos:

- ✓ **a mensagem** – o conjunto de informações que se quer transmitir;
- ✓ **o emissor ou remetente** – aquele de quem parte a mensagem;
- ✓ **o receptor ou destinatário** – aquele a que, se destina a mensagem;
- ✓ **o código** – um sistema de signos que emissor e receptor precisam compartilhar, total ou parcialmente, para que haja a comunicação;
- ✓ **o canal ou contato** – o meio físico pelo qual emissor e receptor se comunicam;
- ✓ **o referente ou contexto** – o assunto da mensagem, aquilo a que ela se refere.

Esses elementos podem ser visualizados conforme figura abaixo:

**FIGURA 2:** Modelo Comunicativo de Roman Jakobson



**FONTE:** Guimarães (2012, p.3).

Para Chalhoub (2006), os fatores que sustentam o modelo de comunicação são: emissor, receptor, canal, código, referente e mensagem. Nesse sentido, o funcionamento da mensagem ocorre tendo em vista a finalidade de transmitir – uma vez que participam do processo comunicacional: um *emissor* que envia a mensagem a um *receptor*, fazendo uso de um *código* para efetuar-la; esta por sua vez, refere-se a um *contexto*. A passagem da emissão para a recepção faz-se através do suporte físico que é o *canal*.

Segundo Jakobson (apud GUIMARÃES, 2012), esse modelo comunicativo não servia apenas para esquematizar a comunicação humana, mas assim descrevê-la com mais precisão, servindo também para responder alguns questionamentos, tais como: que função a linguagem desempenha em nossa vida?

No intuito de responder a esses questionamentos, Jakobson propõe um desdobramento do modelo comunicativo, diferenciando seis funções da linguagem: uma para cada elemento do modelo. De acordo com Jakobson, cada vez que algo é comunicado, a ênfase recai sobre um dos elementos e, conseqüentemente, a função relacionada a ele prevalece sobre as outras. Em conformidade com o exposto, o autor evidencia em sua teoria as seguintes funções para a linguagem:

- ✓ **Função referencial ou denotativa** – é aquela que prevalece quando a ênfase recai sobre o referente (o assunto). A intenção de informar sobre o mundo ao redor com o máximo de objetividade, é a principal característica dessa função;
- ✓ **Função emotiva ou expressiva** – é a função que predomina quando a ênfase recai sobre o próprio emissor. Essa função é comum em poemas, letras de canções e diários pessoais;

- ✓ **Função conativa ou apelativa** – essa função predomina quando a ênfase recai no polo oposto ao do emissor, ou seja, no receptor;
- ✓ **Função fática** – essa função predomina quando a intenção do emissor é apenas estabelecer ou manter aberto o canal de comunicação;
- ✓ **Função metalinguística** – é predominante quando a ênfase recai sobre o código: o emissor usa signos do código para questionar ou comentar o próprio código;
- ✓ **Função poética** – essa função corresponde ao último elemento comunicativo, a mensagem.

Dando continuidade aos desdobramentos da teoria da comunicação, podemos ressaltar também a visão proposta por Bordenave (apud SANTOS, 2010, p.50), na qual ela afirma que “a comunicação é um produto funcional da necessidade humana de expressão e relacionamento. Por conseguinte, ela satisfaz uma série de funções [...]”. De acordo com a autora, são sete as funções da comunicação, a saber:

- ✓ **Função instrumental** – visa satisfazer necessidades materiais ou espirituais da pessoa;
- ✓ **Função informativa** – empregada quando se quer apresentar uma nova informação;
- ✓ **Função regulatória** – tem o objetivo de controlar o comportamento de outros;
- ✓ **Função interacional** – empregada para indicar o relacionamento com outras pessoas;
- ✓ **Função de expressão pessoal** – para identificar e expressar o “eu”;
- ✓ **Função heurística ou explicativa** – visa explorar o mundo dentro e fora da pessoa; e
- ✓ **Função imaginativa** – expressa a ideia de criar um mundo próprio de fantasia e beleza.

Diante do exposto, percebe-se que a comunicação desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de atividades que implicam na disseminação de informações para a sociedade, embora a mesma nem sempre tenha feito uso de uma linguagem sistematizada, conforme descrição anterior. Nesse sentido, pode-se afirmar, de certa forma, que a comunicação é o suporte que garante a informação ser perpetuada de geração para geração fazendo uso de canais comunicacionais para a sua disseminação.

Nesse sentido, para que a difusão cultural seja plenamente executada é necessário que o arquivo utilize a comunicação e toda sua complexidade expressiva de forma eficiente em todos os momentos do seu processo comunicacional. A princípio, para que tenhamos uma visão mais racional da maneira como se dá esse desdobramento da comunicação entre agentes distintos faz-se necessário compreender, entre outros aspectos, o que é comunicar? A compreensão dos significados de cada elemento comunicativo facilita o direcionamento para o entendimento dos sentidos da transmissão da informação no contexto informacional.



#### 4.5 PUBLICIDADE E PROPAGANDA: O USO DA COMUNICAÇÃO PERSUASIVA NO ÂMBITO DO ARQUIVO

Embora os conceitos de publicidade e propaganda sejam vistos como sinônimos pelo Conselho Executivo de Normas Padrão (**CENP**) - um dos órgãos regulamentadores da comunicação – na vivência prática da comunicação cada um destes termos possuem significados diferentes embora sejam direcionados para atingir uma finalidade específica dentro do contexto informacional de uma empresa que é difundir e propagar a informação (MUNIZ, 2004).

Para entendermos melhor as diferenças e o papel que cada uma dessas atividades desempenham no mundo da comunicação, faz-se pertinente a sua contextualização histórica, que nesse aspecto podemos elencar alguns autores que afirmam que a atividade publicitária teve início na Antigüidade Clássica, onde se encontram os seus primeiros vestígios, conforme demonstram as tabuletas descobertas em Pompéia (MUNIZ, 2014). Estas, além de anunciarem combates de gladiadores, faziam referências às diversas casas de banhos existentes na cidade. Essa fase da publicidade caracterizava-se, sobretudo por meio da oralidade, veiculada através de pregoeiros, que anunciavam as vendas de escravos, gado e outros produtos, ressaltando as suas virtudes.

Com a invenção da imprensa mecânica, por Gutenberg, surge no século XV, uma etapa importante da publicidade, que passa a fazer uso do papel para transmitir suas mensagens. A utilização do papel foi um grande avanço para os meios de comunicação, pois, foi neste período que surgiu o primeiro cartaz de que se tem conhecimento: impresso em 1482, este destinava-se a anunciar uma manifestação religiosa que ia ter lugar em Reims, o Grande Perdão de Nossa Senhora. Essa fase da evolução histórica da publicidade nos remete também ao surgimento da propaganda que foi utilizada primeiramente pela Igreja Católica, no século XVII, com o estabelecimento pelo papa Gregório XV de uma Comissão Cardinalícia para a Propagação da Fé (Cardinalícia Commissio de Propaganda Fide), e tinha por objetivos fundar seminários destinados a formar missionários para difundir a religião e a imprimir livros religiosos e litúrgicos (MUNIZ, 2014).

Com o advento da era industrial, a produção em massa e a necessidade de aumentar o consumo dos bens produzidos, a técnica publicitária foi sendo aperfeiçoada, passando a ser mais persuasiva nas suas mensagens e perdendo, quase que por completo, o seu sentido unicamente informativo.

Alguns pesquisadores da área Administrativa diferem a publicidade da propaganda de uma maneira mais prática, reconhecendo a **propaganda como um anúncio** que tem veiculação **paga** através dos meios de comunicação, tais como: revistas, televisão e links patrocinados na internet, etc., enquanto a **publicidade** seria classificada como a **comunicação não paga**, que pode acontecer de forma espontânea (COBRA, 2013). A princípio, a palavra publicidade designava o ato de divulgar, de tornar público, tendo sua origem no latim publicus (que significava público), dando origem ao termo publicité, em língua francesa já a palavra propaganda é gerúndio latino do verbo propagare, que quer dizer: propagar, multiplicar (por reprodução ou por geração), estender, difundir. Fazer propaganda é propagar idéias, crenças, princípios e doutrinas.

Para alguns autores, a publicidade está atribuída às mensagens de cunho ideológico, religioso, político, etc., e “propaganda” apresenta uma mensagem que visa ao lucro, com produtos e/ou serviços. Para COBRA (2013, p.444), a propaganda pode ser definida como “toda e qualquer forma paga de apresentação não pessoal de ideias, produtos ou serviços através de uma identificação do patrocinador”, ele defende também que o termo “publicidade” está vinculado a “estímulos não pessoais para criar demanda de um produto ou unidade de negócio através dos meios de comunicação como rádio, televisão e outros veículos”. Já a propaganda é definida como “uma das ferramentas mais utilizadas em promoção e pode ser definida como qualquer forma paga de apresentação impessoal e de promoção de ideias, bens ou serviços por um patrocinador identificado” (KOTLER, 2000, p.596).

Segundo Cobra (2013, p.444), a publicidade é definida como “estímulos não pessoais para criar a demanda de um produto ou unidade de negócio através de meios de comunicação como rádio, televisão e outros veículos teoricamente com materiais não pagos pelo patrocinador”. A publicidade, segundo Muniz (2004), pode ser classificada em conformidade com a função e os objetivos estratégicos que ela visa desenvolver, podendo ser nivelada em uma das tipologias abaixo:

a) **Publicidade de produto** - objetiva divulgar o produto, levando o consumidor ao conhecimento e compra. O responsável por sua veiculação é o fabricante do bem.

b) **Publicidade de serviço** - procura divulgar serviços, tais como bancos, financiadoras e empresas seguradoras.

c) **Publicidade de Varejo** - os produtos anunciados são patrocinados pelos intermediários (os varejistas). O varejo é uma das instituições do canal de distribuição e caracteriza-se por ser especializado na venda ao consumidor final. Pode-se aplicar também a designação publicidade comercial a esta modalidade.

d) **Publicidade comparativa** - o anunciante tenta evidenciar que as qualidades do seu produto são superiores às dos artigos oferecidos pelos seus concorrentes. A comparação pode se dar em nível dos preços, da qualidade ou de determinadas características dos produtos comparados.

e) **Publicidade cooperativa** - é o anúncio ou campanha publicitária para a venda de um produto realizada conjuntamente pelo fabricante com um ou mais lojistas ou, inversamente, a associação de diversos fabricantes junto a uma grande loja, para a produção de anúncios cooperados.

f) **Publicidade industrial** - é aplicada no campo do marketing industrial, onde os bens são comercializados para intermediários que, posteriormente, encaminharão os produtos para o consumidor final. A tarefa da publicidade industrial, não é a de vender o produto, mas facilitar, agilizar, otimizar e reduzir os custos do processo de venda.

g) **Publicidade de promoção** - deve ser entendida como o apoio às ações de Promoção de Vendas através dos meios massivos: rádio, televisão, cinema, jornal, revista e outdoor.

Em conformidade com os níveis de classificação a publicidade parece ser mais abrangente do que a propaganda, embora as duas sejam utilizadas conjuntamente no ato de difundir algo para alguém. Ambas necessitam que haja interação racional comunicativa, com objetivos bem delineados para atingir a um determinado público (MUNIZ, 2014).

Nesse contexto a propaganda é uma forma de divulgação do produto que tem como principal objetivo informar e persuadir os consumidores ou usuários finais. Segundo Muniz (2014) existem diversos tipos de propaganda que podem variar em conformidade com seus objetivos, que, a saber, são:

- ✓ **Propaganda de produtos** – é aquela que relativa a divulgação dos produtos ou marcas de uma empresa;
- ✓ **Propaganda institucional** – visa promover uma empresa, uma ideia, um pensamento;
- ✓ **Propaganda informativa** – objetiva anunciar sua disponibilidade e desenvolver uma demanda inicial para um bem, serviço, organização pessoa, deia ou lugar;
- ✓ **Propaganda persuasiva** – visa estimular a demanda, persuadindo os consumidores, e é usada geralmente no estágio de maturidade do produto;
- ✓ **Propaganda Promocional** – esta visa anunciar alguma promoção específica, bem como as características, a promoção, os procedimentos, entre outros detalhes da oferta da empresa.

Segundo Kotler (2000), o desenvolvimento de um programa de propaganda é um processo que envolve cinco etapas: 1) definição dos objetivos do anúncio; 2) o estabelecimento de um orçamento que leve em conta o estágio no ciclo de vida do produto, participação de mercado e base de consumidores, concorrência e saturação, frequência do anúncio e capacidade de substituição do produto; 3) escolha da mensagem do anúncio, determinação de como a mensagem será gerada, avaliação de mensagens alternativas para que sejam desejáveis, exclusivas e tenham credibilidade e execução da mensagem com o estilo, o tom, as palavras e o formato mais apropriado e de maneira socialmente responsável; 4) decisão sobre a mídia, estabelecendo a cobertura, a frequência e o impacto estipulados para o anúncio e, então, a escolha dos meios que devem promover os resultados desejados em termos de circulação, público, público efetivo e público efetivo exposto ao anúncio, e 5) avaliação da comunicação e dos efeitos da propaganda nas vendas.

Um ponto a ser ressaltado nesse processo refere-se a seleção da mídia mais eficaz em termos de custos para oferecer ao número de exposições desejadas ao público - neste trabalho essa análise esta sendo direcionada para os usuários do arquivo.

#### 4.6 OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO: CANAIS PARA A DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO

Os canais de comunicação foram desenvolvidos para atender as necessidades de comunicação dos seres humanos e servem como veículo comunicacional para difusão de informações. No contexto mundial, pode-se afirmar que a escrita foi considerada a primeira tecnologia do pensamento e da inteligência desenvolvida pelo homem para disseminar e perpetuar os seus conhecimentos.

O surgimento dos meios tradicionais de comunicação audiovisual – rádio, cinema e televisão – alterou significativamente o próprio conceito de meio. Até então, o jornal, que era tido como o principal meio de comunicação formal, tinha um caráter meramente informativo. Com o advento do rádio e depois do cinema e da televisão, novas possibilidades se abriram e a comunicação passou a configurar também a faceta do entretenimento, bem como adquirir uma importante função social, educativa e cultural (ALVES; FONTOURA; ANTONIUTTI, 2012).

Segundo Tamanaha (2011), os meios de comunicação estão divididos em três níveis de características:

1. **De massa** – são os meios consumidos pela maioria da população, pois apresentam os maiores percentuais de penetração e perfil similar ao da população.  
Exemplo: Tv aberta, rádio FM e AM e a mídia exterior/outdoor;
2. **Segmentados** – são os meios de comunicação consumidos por parte da população, predominantemente das classes A e B, com grau de instrução mais elevado. Exemplo: jornal e revista;
3. **Fragmentados** – São meios consumidos por parte da população, com predominância das classes A e B e com grau de instrução a partir do ensino médio.  
Exemplo: internet, TV paga, cinema,

Conforme descrito, os meios de comunicação são de fundamental relevância para o processo de difusão das informações repassadas através de mensagens para o receptor da informação, podendo variar de acordo com o nível de conhecimento do emissor e do receptor da mensagem. Essa afirmação pressupõe que, “a informação é um processo realizado pelo ser humano, e que variados aspectos, sociais, biológicos ou psicossociais, podem interferir na comunicação”. Conforme descreve Duarte (2009, p.62),

[...] no processo de comunicação, o chamado sujeito comunicante, imerso numa realidade social particular, ao elaborar uma mensagem (conjunto de dados, quer seja manuscrito quer através de imagens, ícones, sons, gestos, etc.) tem como ponto de partida seu próprio contexto social, sua gama de conhecimentos individuais e coletivos.

Essa afirmação nos leva a refletir sobre a necessidade de estudos mais aprofundados dos usuários da informação buscando identificar seu perfil social e cultural, identificando suas necessidades para desenvolver mecanismos no arquivo para atrair esse usuário para conhecer o arquivo e conseqüentemente, as informações existentes em seus documentos. A mensagem a ser transmitida para o receptor (usuário da informação) precisa estar bem alinhada com todos os níveis do processo de comunicação dentro do arquivo.

A compreensão dos distintos canais comunicacionais no processo de comunicação favorece a ampliação da visão da empresa para os arquivos, no sentido de que através destes será possível adotar uma postura mais centrada no canal comunicante a ser utilizado para levar a mensagem ao receptor (usuário da informação), para difundir as informações do arquivo, levando-se em consideração os variados aspectos relacionados a cada público específico.

#### 4.7 AS ESTRATÉGIAS DE MARKETING NO CONTEXTO INFORMACIONAL DOS ARQUIVOS PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS ORGANIZACIONAIS

O Marketing não é um fenômeno recente, pois é entendido e praticado como tal no Brasil há quatro décadas. E mesmo assim ainda é confundido por muita gente com propaganda ou com venda, exclusivamente. Por volta de 1960 surge um novo conceito de marketing que traz uma mudança de foco do produto para o cliente. Embora o objetivo do marketing ainda fosse o lucro, os meios para atingi-los foram incluídos aos demais componentes do composto de marketing ou 4Ps, como ficaram conhecidos: produto, preço, ponto-de-venda ou praça (distribuição) e promoção (comunicação), conforme figura abaixo.

**FIGURA 3:** Os 4Ps do Mix de Marketing



**FONTE:** kotler; keller (2013, p.18).

Neste contexto, kotle e keller (2013, p.20), pontuam o Marketing como sendo “uma atividade, o conjunto de instituições ou os processos que envolvem a criação, a comunicação, a entrega e a troca de ofertas que têm valor para os clientes, os parceiros e a sociedade em geral”. Eles ressaltam ainda que a administração de marketing é a arte e a ciência de escolher mercados-alvo e obter, manter e desenvolver clientes por meio da criação, da entrega de valor superior pra eles.

Na visão de Keegan (2005, p.4), o “Marketing além de ser um conceito e uma filosofia, é um conjunto de atividades e um processo de negócios”. O processo de administração de marketing é a tarefa de focalizar os recursos e os objetivos da organização nas oportunidades do ambiente. No entanto, diante da amplitude e complexidade do Marketing surge a necessidade de ampliação dos componentes do composto de marketing, passando a ser insuficiente os 4Ps, anteriormente descritos, surgindo 4Ps novos que, a saber, são: Pessoas, Processos, Programas e Performance, conforme quadro comparativo abaixo.

**QUADRO 1:** A evolução da administração de marketing

4Ps do mix de marketing	4Ps da administração de marketing moderna
Produto	Pessoas
Praça (ou ponto de venda)	Processos
Promoção	Programas
Preço	Performance

**FONTE:** kotler; keller (2013, p.18)

Esses novos 4Ps (*pessoas* – são fundamentais para o sucesso do marketing, salientando que as empresas devem visualizar os consumidores como pessoas que tem uma visão mais ampla da sua vida, e não como indivíduos que simplesmente compram e consomem as ofertas do mercado; *processos* – consistem em toda criatividade, disciplina e estrutura associada à administração de marketing; *programas* – são todas as atividades on-line e off-line da empresa dirigidas para o consumidor; e *performance* – reflete uma série de possíveis resultados que tem implicações financeiras e não financeiras, assim como implicações que vão além da empresa, tais como: responsabilidade social, legalidade e ética) podem ser aplicados em todas as áreas dentro da organização, o que possibilitou aos gestores das empresas obter um crescimento mais alinhado como restante da empresa (KOTLER; KELLER, 2013)

Neste contexto é pertinente afirmar que a essência do marketing pode ser resumida em três grandes princípios. O primeiro identifica o objetivo e a tarefa do marketing; o segundo, a realidade competitiva do mercado; e o terceiro, os meios principais de alcançar os dois primeiros, conforme descrito por Keegan (2005, p.4),

**1) Valor para o cliente e a equação do valor:** esse princípio ressalta que o marketing precisa criar para o cliente, um valor maior que o criado pelos concorrentes. [...] Se os benefícios forem suficientemente fortes e valorizados pelos clientes, uma empresa não precisa ser um concorrente de preço para conquista-los; **2) Vantagem competitiva ou diferencial:** é uma oferta que, em relação à concorrência relevante, é mais atraente para os clientes. A vantagem pode existir em qualquer elemento da oferta da empresa: no produto, no preço, na propaganda e na promoção de ponto-de-venda ou na distribuição do produto; **3) Foco ou a concentração da atenção:** esse princípio é essencial para obtenção de êxito na tarefa de criar valor para o cliente na vantagem competitiva.

A importância atribuída aos princípios que permeiam o Marketing estão intrinsecamente relacionadas às estratégias para o alcance dos objetivos de uma instituição. Para além desta definição conceitual do marketing e seus princípios, Ogden e Crescitelli (2007), conceituam o

Marketing como sendo uma ciência que estuda, entende e monitora o mercado. Ou seja, embora o conceito de marketing esteja quase sempre associado à questão do mercado consumidor (compra e venda de produtos), o seu objetivo maior pressupõe uma análise mais detalhada do ambiente mercadológico em que se pretende atuar.

Segundo Las Casas (2013) uma das primeiras definições de Marketing foi a da American Marketing Association (AMA): “o desempenho de atividades comerciais que direcionam o fluxo de bens e serviços do produtor ao consumidor ou usuário” (AMA apud LAS CASAS, 2013, p.9). Em 1985, a American Marketing Association substituiu essa definição por outra mais ampla e atualiza:

Marketing é o processo de planejamento e execução da concepção, preço, promoção e distribuição de idéias, bens e serviços, organizações e eventos para criar trocas que venham a satisfazer objetivos individuais e organizacionais (AMA, 1985 apud LAS CASAS, 2013, p.9).

Para Las Casas (2013, p.3), o Marketing pode ser entendido como

[...] uma atividade de comercialização que teve sua base no conceito de troca. No momento em que os indivíduos e organizações de uma sociedade começaram a desenvolver-se e a necessitar de produtos e serviços, criaram-se especializações. Aqueles que faziam certas atividades ou produtos mais bem feitos do que os outros começaram a dedicar-se. Com a especialização, o processo de troca tornou-se mais fácil, uma vez que a sociedade beneficiou-se com a qualidade e a produtividade dos mais capacitados. A troca caracteriza-se pela oferta de um produto com o recebimento de outro benefício, podendo ser um outro produto, como no caso do escambo, ou uma moeda ou qualquer outro benefício não relacionados a esses dois.

Entender as definições de Marketing são necessárias para delinear melhor o papel da comunicação de marketing dentro de uma instituição e as ações a serem adotadas para o desenvolvimento das atividades de DC dentro do Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, pois esse conhecimento proporciona ao gestor da instituição uma visão mais ampla das reais necessidades do arquivo para a implantação e implementação das atividades de Difusão Cultural.

A Comunicação de marketing é o meio pelo qual as empresas buscam, direta ou indiretamente, não apenas informar os consumidores sobre os produtos e as marcas que vendem, mas também persuadi-los e lembrá-los. Ela representa a voz da empresa e suas marcas e ajuda a organização a



estabelecer um diálogo e a construir um relacionamento com os consumidores. A comunicação de marketing mostra para os consumidores como e por que um produto é usado, por quem, onde e quando; permite que os consumidores saibam quem fabrica o produto e o que a empresa e a marca representam; oferece um incentivo para a experimentação ou o uso. Ela também permite que as empresas vinculem suas marcas a outras pessoas, lugares, eventos, marcas, experiências, sentimentos e coisas [...] (KOTLER, 2013, p.308).

Entre as diversas modalidades conhecidas do marketing estão: Marketing Social, Marketing Político, Marketing de Serviços, Marketing Agrícola, Marketing Industrial, Marketing de Serviços de Saúde, Marketing de Instituições que não visam ao lucro e Marketing Cultural. No contexto dos arquivos as modalidades do marketing que melhor podem representar as funções arquivísticas estão as duas últimas que são: Marketing de instituições que não visam ao lucro e o Marketing Cultural.

Para Cobra (2013), o Marketing institucional ou Marketing de instituições que não visam ao lucro, está geralmente associado a uma empresa que não visa ao lucro muitas vezes transfere a posse de um produto ou serviço como uma posse lucrativa, mas não recebe dinheiro em troca. Geralmente essa modalidade de marketing é desenvolvida pelas empresas públicas, sobretudo pesquisa de seus serviços, publicidade do uso e da importância de seus serviços, etc..

Já o Marketing Cultural pode ser definido, conforme publicação da Revista Marketing Cultural Online (2014):

[...] É toda ação de marketing que usa a cultura como veículo de comunicação para se difundir o nome, produto ou fixar imagem de uma empresa patrocinadora. Para se fazer marketing cultural não há fórmula fechada, pois há variáveis que, conforme combinadas, podem resultar numa excelente ação de marketing. O que manda é a criatividade para atingir o público alvo de forma a atender os objetivos de comunicação da empresa com os recursos disponíveis. Ao patrocinar um show, por exemplo, a empresa pode não só associar sua marca àquele tipo de música e público como pode também oferecer amostras de produto (promoção); distribuir ingressos para os seus funcionários (endomarketing); eleger um dia exclusivo para convidados especiais (marketing de relacionamento); enviar mala-direta aos consumidores/clientes informando que o show está acontecendo e é patrocinado pela empresa (marketing direto); mostrar o artista consumindo o produto durante o show (merchandising); levantar informações gerais sobre o consumidor por meio de pesquisas feitas no local (database marketing); fazer uma publicação sobre o evento (marketing editorial); realizar uma campanha específica destacando a importância do patrocínio (publicidade) e muitas outras ações paralelas que tem o poder de ampliar o raio de alcance da ação de marketing cultural (MARKETING CULTURAL, 2014).

O Marketing Cultural (MC) surge, nesse processo, como um componente indispensável para implantação e desenvolvimento das atividades de Difusão Cultural no Arquivo, pois o Marketing Cultural solidifica a imagem institucional da organização, proporcionando maior visibilidade. Desse modo, o investimento em cultura feito pela instituição detentora do arquivo pode ser visualizado como uma oportunidade para as empresas participarem do processo de incremento e manutenção dos valores culturais da sociedade e, principalmente, a possibilidade de construir uma imagem forte e bem posicionada para o consumidor/ usuário da informação, garantindo a curto, médio e longo prazo sua perpetuação junto à comunidade. Nesse aspecto, o marketing cultural trabalha a imagem da instituição, por meio da marca, de forma consciente e inconsciente.

É importante ressaltar que para que um produto ou empresa seja aceito no mercado que se propõe abarcar, é a percepção do cliente sobre esse produto que o induz à decisão de fazer uso do mesmo, ou seja, no contexto dos arquivos é a percepção do usuário, sobre o arquivo, que o impele à decisão de fazer uso dos serviços informacionais disponíveis a partir de seu acervo informacional.

Quando um cliente/usuário procura um produto ou serviço, ele busca apenas as qualidades capazes de satisfazer uma necessidade que eles já sentiam. E para que haja uma real satisfação do cliente faz-se necessário a integração de todas as formas de comunicação voltadas para o consumidor, de tal modo que todos os departamentos e meios forneçam a mesma mensagem ao cliente.

As empresas que buscam estar inteiradas com o mercado e devem conscientizar-se de que todas as suas variáveis de marketing e de comunicação se afetam reciprocamente, além de atingirem diretamente o consumidor e os comunicadores. Sendo assim, as variáveis de comunicação terão um efeito no marketing – e é justamente por este motivo que os esforços de uma organização devem ser integrados.

No contexto dos arquivos, o marketing representa um elemento fundamental para a implementação das atividades complementares aos arquivos. Visto que, conforme resalta Bellotto (2002, p.21),

Entre tantas atividades de cunho cultural, os arquivos históricos podem oferecer à população: publicações, tanto de livros, como de revistas e boletins relativas à história regional, à literatura, à geografia, folclore etc. locais; organização de eventos comemorativos; programas de rádio e televisão em torno de documentos importantes; aprimoramento dos circuitos turísticos nos sítios históricos; espetáculos de teatro e música em torno de

temas de história local e exposições temáticas e bem planejadas de seus documentos fora ou dentro de comemorações (BELLOTTO, 2002, p.21).

Para o desenvolvimento dessas ações, os arquivistas podem e devem contar com outras áreas do conhecimento paralelas a área documental. Segundo Berche (1980 apud BELLOTTO, p.22),

Ao serem parte do patrimônio nacional, em sua preocupação por serem eficazes no serviço para o público, os arquivos sairão ganhando se mantiverem estreita relação com outros organismos culturais e educativos: museus, bibliotecas, entidades culturais, universidades, etc. Devem conhecer seus respectivos recursos e atividades, tentar harmonização de programas culturais, a fim de evitar multiplicação de tarefas, montar co-produções e compartilhar êxitos e fracassos.

Diante disso o marketing arquivístico, definido conforme Alberch (2001 apud BELLOTTO, 2002, p. 22), como “a função de gestão que estabelece a relação entre o serviço de arquivo e o seu entorno. Trata-se de detectar, contatar, convencer os usuários, como se fossem clientes, e de ter presente as transformações e o desenvolvimento do mercado”. Nesse contexto, as funções complementares aos arquivos podem abordar: as publicações (canais comunicantes com o exterior); as exposições (forma mais utilizada de difusão cultural) e os eventos culturais (recitais de literatura e músicas, as conferências de assuntos diversos) (BELLOTTO, 2002).

O planejamento das atividades culturais e educativas deve ser rigoroso. É fundamental que estas ações não obscureçam as finalidades básicas da instituição e sim as coroe com este tipo de atividade que só pode revestir o arquivo de admiração e carinho por parte da população (BELLOTTO, 2002, p.27).

Os arquivistas devem interagir com outras áreas para buscar melhorias para os arquivos e as ações complementares aos arquivos podem contribuir significativamente para o alcance dessas melhorias, visto que quando bem articuladas e fazendo uso das estratégias adequadas de marketing podem projetar o arquivo para a comunidade local.

## **5 A DIFUSÃO CULTURAL DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS NO ARQUIVO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA PARAIBA**

### **5.1 O PROCESSO DE DIFUSÃO CULTURAL NO ÂMBITO DO ARQUIVO: CARACTERIZAÇÃO, LOCALIZAÇÃO E ACESSO.**

Conforme ressaltamos ao longo desta pesquisa, as atividades complementares aos arquivos tais como a DC e a AE, são de fundamental importância para a construção da cidadania e a história local. A cidadania compreende um conjunto de direitos, sendo a informação entendida como “direito-meio” da cidadania. Neste sentido, esta configura-se não como um direito a ser obtido com um fim específico, mas sua existência é fundamental para a participação cidadã. Embora o direito à informação, por si só não garanta o pleno exercício da cidadania, no entanto, sem este direito não é possível conquistar de forma plena todos os demais direitos (MORIGI; VEIGA, 2007).

Esse direito de acesso às informações públicas pode ser caracterizado como o exercício pleno da cidadania. Nesse contexto, urge a necessidade da implementação de políticas que assegurem o acesso às informações públicas efetivamente. Para além desta afirmação, conforme ressaltamos anteriormente, a implantação de atividades de DC podem projetar o arquivo junto à sociedade, de tal maneira que possa ser desenvolvida uma dinâmica social entre o arquivo e o cidadão na busca por informações.

Para Medeiros (2013, p.15),

“a difusão cultural e a ação educativa em arquivo”, a partir de seu complexo de expressividades interativas, simbólicas e significativas, constituem-se no eixo singular e possível que ajuda o cidadão a vivenciar a crítica sobre o mundo, coordenando discursos e ações instituintes que podem fazer da esfera pública aparente um espaço público efetivo.

Em virtude do exposto, cabe-nos salientar que a DC pode e deve ser assimilada pelos próprios profissionais da arquivística como uma possibilidade de preservação do patrimônio documental existente no país, e repensar a disponibilização desses documentos, para o usuário, como uma forma de preservação e crescimento para o próprio arquivo e não manter-se em constante estado de defesa contra a utilização dos documentos do acervo, visando evitar sua degradação com o manuseio constante.

A exposição dessas ideias não pode, no entanto, distanciarem-se da realidade vigente nos arquivos, bibliotecas e em outras fontes de informação que devem atuar conjuntamente

para atender as necessidades de informação dos seus usuários. Os historiadores, em especial, representam para o arquivo seus mais “fiéis clientes” de informações, no entanto, o que se pretende elencar neste trabalho é que não apenas este público específico, como também outros cidadãos das mais diversas camadas sociais podem ter acesso as informações arquivísticas.

Desse ponto de vista, ao assumir funções de mediação, as instituições públicas devem, mais do que propriamente determinar valores *a priori*, criar espaços de aprendizagem e interação que facultem a mobilização e reflexão dos grupos sociais em relação ao seu próprio patrimônio. Sua função primordial é mediar todo tipo de processo de patrimonialização, encaminhando demandas e intervindo em questões pontuais e estratégicas, sempre se pautando pelo respeito à diversidade sociocultural (FLORENCIO, 2014, p.23).

Para que as atividades de difusão culturais e educativas nos arquivos possam ser expandidas de forma permanente é preciso criar na estrutura organizacional setores ou departamentos com pessoas especializadas para desenvolver os serviços de marketing e publicidade que sejam necessários para projetar o arquivo no âmbito da sociedade. No tocante à esta questão, torna-se necessário conhecer o processo de comunicação que envolve o arquivo e a sociedade.

Nesse aspecto, podemos afirmar que, conforme dados obtidos através da observação direta no lócus da pesquisa, durante os dias 27/08, 06 e 10/10/2014, identificamos a inexistência de atividades voltadas para a Difusão Cultural dos documentos da instituição SCM-PB, embora o atual gestor do arquivo tenha interesse em difundir o arquivo para a comunidade e para os discentes do ensino fundamental e médio. Um dos principais pontos que dificultam a implementação das atividades de DC no arquivo refere-se à falta de recursos financeiros da instituição para realização de reformas e manutenção do arquivo, para torná-lo mais atrativo para visitas pelos cidadãos.

No tocante à difusão dos documentos para os alunos do ensino médio, o gestor do arquivo ressaltou que, embora tenha interesse em receber esse público escolar, não existe iniciativa alguma por parte dos professores em trazer o alunado para conhecer o arquivo, e neste aspecto cabe-nos questionar, a quem de fato cabe a responsabilidade de apresentar o arquivo para esse público escolar específico? Caberá esta responsabilidade aos arquivistas ou aos professores?

Outro aspecto identificado durante a pesquisa refere-se à questão estrutural do arquivo, enquanto componente fundamental para implementar as atividades de DC no arquivo. e também a organização dos documentos pertencentes ao mesmo. No que tange a esses dois

aspectos, é pertinente afirmar que no tocante ao aspecto estrutural o arquivo apresenta algumas deficiências estruturais que dificultam o acesso dos cidadãos aos seus documentos, pois embora este disponha de um ambiente amplo para colocação de mobiliários para acomodação dos usuários, não dispõe de recursos próprios para a aquisição desse material.

O arquivo apresenta, ainda, algumas infiltrações ao longo de sua estrutura física, o que dificulta a conservação e preservação de seus documentos. A existência de janelas amplas sem telas de proteção e vidro favorecem a entrada de ventilação natural, mas se torna uma grande aliada ao desenvolvimento de agentes causadores de umidade constante aos documentos, favorecendo a deterioração mais rápida dos documentos.

É pertinente ressaltar que, embora o arquivo não disponha de um plano estruturado para a implantação das Ações de Difusão Cultural e Ação Educativa no arquivo, o ambiente do arquivo apresenta-se bastante favorável para pesquisa, não apenas pela sua documentação histórica como também pela visão do gestor em manter viva a história da Santa Casa da Misericórdia da Paraíba.

Em relação à organização dos documentos, não existe um padrão de ordenação, porém destaca-se o método numérico-cronológico que consiste em atribuir um número a cada documento, acrescido da data. A conservação da documentação apresenta-se bastante precária, o que favorece um desgaste maior dos documentos. Esse desgaste está relacionado, principalmente, à ação do tempo e às péssimas condições ambientais a que está exposta a documentação, além de não haver a adequada desinfestação e higienização dos documentos.

No tocante aos dados obtidos durante a pesquisa, os quais mostraram a inexistência de ações voltadas para Difusão Cultural dos documentos do arquivo para à sociedade, implica dizer que, embora não estejam sendo realizadas, estas poderão ser desenvolvidas em conformidade com o interesse do gestor da instituição, salientando que,

a pesquisa nas fontes primárias (dos arquivos, museus, e depoimentos orais), nas fontes secundárias (documentos, periódicos, livros e publicações), e nos próprios locais estudados, visando à interpretação e ao conhecimento das evidências culturais e históricas encontradas, são exercícios pedagógicos e recursos para o professor, para enriquecer e ampliar as capacidades de seus alunos, e estimulá-los a estabelecer as conexões significativas que constituem a “trama” e o tecido da História (HORTA, 2005, p.4).

Segundo Bellotto (2006), os serviços de difusão cultural atuam em duas vias contrárias que compreende o lançamento de elementos de dentro do arquivo para fora, procurando atingir um campo de abrangência cada vez mais amplo, que permite o retorno dessa mesma

política, acenando com atrativos no recinto do arquivo. Nesse sentido, o arquivista pode programar a implantação de algumas políticas de ação cultural para permitir o acesso direto do pesquisador ao documento primário, ressaltando-se que a consulta aos arquivos está alicerçada no uso dos mesmos por parte dos historiadores, administradores do arquivo e o cidadão, cada um com suas necessidades de uso específicas.

Em virtude do exposto, podemos afirmar que o desenvolvimento das ações de DC para o Arquivo da Santa Casa da Misericórdia da Paraíba, poderá ajudar o arquivo a obter visibilidade social e, conseqüentemente, um contingente maior de pessoas para interagir junto ao governo quanto à sua preservação e melhorias contínuas.

Mediante as informações obtidas in loco por meio de observação sistematizada realizada a partir de um roteiro (Apêndice A), nos foi possível constatar que, o arquivo apresenta deficiência de pessoal qualificado para aplicação dos procedimentos arquivísticos para organização e tratamento das informações documentais. Através do contato com alguns documentos do arquivo, pudemos identificar o conteúdo histórico pertinente, ressaltando-se, assim, a necessidade de melhorias, a fim de estabelecer os procedimentos e as ações necessárias para promoção das informações arquivísticas.

Pensando na necessidade de construção de uma visão mais abrangente do arquivo, quanto à sua importância social e histórico junto à sociedade pessoense, foram relevantes para esta pesquisa a identificação de alguns aspectos estruturais, condições de acesso, e instrumentos de pesquisa do arquivo. A identificação destes pontos é pertinente para a análise da implementação de atividades de DC no arquivo. Salientado que a DC requer o desenvolvimento de um canal de comunicação para interligar o arquivo à comunidade local, fazendo com que o processo de comunicação entre ambos seja plenamente concretizado.

A localização do arquivo corresponde a um dos principais fatores que influenciam no desenvolvimento das ações de DC em um arquivo, pois esta pode favorecer ou não o acesso ao patrimônio documental pertencente à instituição. No tocante à sua localização, o arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba encontra-se situado à Rua Duque de Caxias (antiga Rua Direita), no Centro Histórico de João Pessoa. Para ter acesso ao arquivo, é necessária adentrar na parte interna da Igreja da Misericórdia e subir as escadas que dão acesso ao respectivo ambiente onde está localizado o arquivo.

Em conformidade com os dados obtidos durante a pesquisa in loco, percebemos que, embora haja boa vontade do gestor do arquivo em atender a todos os cidadãos que procurem informações acerca da documentação pertencente à instituição, o arquivo não dispõe de um ambiente adequadamente estruturado para receber os seus usuários. Para ter acesso ao

arquivo, basta ir ao prédio onde está localizada a Igreja da Misericórdia e falar com o responsável. O arquivo está aberto ao público para visitação de segunda a sexta das 08:00 às 17:30, não havendo necessidade de agendamento prévio, exceto para turmas de alunos de escolas públicas e privadas do município, que neste caso torna-se necessário fazer um agendamento prévio em virtude da quantidade de alunos visitantes.

Diante da necessidade de nos familiarizarmos com o respectivo objeto da pesquisa propomos a identificação dos instrumentos de pesquisa existentes no arquivo para auxiliar os seus usuários na busca por informações. Os instrumentos de pesquisa podem ser definidos como sendo “um meio que permite a identificação, localização ou consulta a documentos ou informações neles contidas (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p.108). Esses instrumentos são essências empregados em arquivos permanentes para auxiliar os pesquisadores, podendo elenca-los como: catálogo, guia, inventário, índice, listagem descritiva do acervo, repertório e tabela de equivalência.

O arquivo da SCM-PB dispõe de um único instrumento de pesquisa, que é um inventário – descreve, sumaria ou analiticamente, as unidades de arquivamento de um fundo ou parte dele, cuja apresentação obedece a uma ordenação lógica que poderá refletir ou não a disposição física dos documentos (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005) - criado em 1985 pela Professora Clemilde Torres Pereira da Silva, esposa do Provedor Professor Afonso Pereira. Em conformidade com o respectivo inventário, constituem o acervo documental da instituição os seguintes documentos: cópias de atos imperiais (1499-1873), termo de posse e juramento dos irmãos da Santa Casa (1694-1824), registro de bens, títulos e documentos da Santa Casa (1873-1893), livro de óbitos (1897-1929), mapa de cadáveres sepultados no cemitério Senhor da Boa Sentença (1872-1928), alvarás de finanças (1795-1833), foros dos terrenos da Santa Casa de Misericórdia (1831-1848), termos de nomeação (1864-1914), atas da Santa Casa de Misericórdia (1824-1966), registro de ofícios (1853-1948), relatórios dos provedores (1949-1963), registro de expostos (1887-1898), regulamento, decreto, compromisso (1913).

Muitos desses registros contemplam fatos históricos da sociedade paraibana, desde a sua permanência no estado. Estes documentos representam um patrimônio documental de valor inestimável para a sociedade, a exemplo do Compromisso da Irmandade da Santa Casa que dispõe de informações pertinentes à fundação dessa instituição e suas responsabilidades sociais no âmbito da comunidade local.

Em virtude da necessidade da realização prática da Difusão Cultural dos documentos históricos do Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, elaboramos um folder



informativo como canal para difusão dos registros documentais da SCM-PB. Salientamos que não foi realizada a prática da difusão cultural no arquivo, tendo sido criado, este veículo comunicacional, como pré-requisito para uma possível utilização para a realização prática da Difusão Cultural no arquivo.

## 5.2 A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA PARA A COMUNIDADE: CONSTRUÇÃO DO VEÍCULO COMUNICACIONAL (FOLDER)

### 5.2.1 A necessária interação do arquivista na construção de mecanismos para difusão do arquivo para a comunidade

Conforme ressaltamos anteriormente, o arquivista não pode ser visto apenas como um mero guardador de papeis. O profissional de arquivo também é um produtor de informações e agente de mudanças sociais, pois, conforme afirma Duarte (2007, p.150),

Organizar um acervo documental é mais do que implementar um sistema de arquivo que atenda à necessidade dos pesquisadores e estudiosos de maneira geral. Na verdade, deparar-se com uma documentação exige do arquivista um estudo aprofundado a partir de escavação cuidadosa, permitindo não somente a organização arquivística do acervo, mas, ao mesmo tempo, a análise temática representativa, interpretativa e precisa das peças. Assim, durante todo o tempo, esse profissional exerce, concomitantemente, o papel de arquivista e investigador. É com essa dimensão de seu trabalho que ele se projeta na realização de pesquisas e no âmbito social, compartilhando conhecimento com os demais pesquisadores.

Ao analisarmos esta afirmação podemos inferir que, o profissional arquivista deve estar atento às mudanças em seu ambiente de trabalho e na comunidade local procurando interagir com os usuários e usuários potenciais do arquivo, visando identificar suas necessidades de informação para propor mudanças em seu contexto social, salientando que, esse processo de interação entre o arquivo e a comunidade é estritamente necessário para ampliar a visão dos arquivos na era da sociedade da informação enquanto produtor e disseminador de informações racionais e verídicas, a medida que guardam todos os registros das ações e fatos vivenciados pela sociedade. Portanto, é pertinente apoiar e incentivar a participação do arquivista no desenvolvimento de pesquisas em acervos, históricos ou não, apresentando, substrato das investigações realizadas, como ponto de partida do tratamento que será realizado (DUARTE, 2007).

A compreensão, por parte do arquivista, sobre a responsabilidade de disseminação da informação arquivística para à comunidade, desloca-o para o centro do processo da gestão informacional ao compreendermos que ele é agente de mudanças e detentor de informações pertinentes aos problemas do arquivo (estruturais, humanos e financeiros) e conhecedor das potencialidades informacionais dos documentos do arquivo. Nesse sentido, a disseminação configura-se, segundo Medeiros (2013) como “ação ou efeito de disseminar ou disseminar-se. Que se propaga ou se difunde; propagação ou difusão: a disseminação de novas ideologias políticas”.

Diante dessa afirmação, podemos afirmar que conforme Cavalcante (2008, p) que,

A solução de grande parte dos problemas de uma determinada organização, independente de seu porte ou segmento, está ligada à comunicação. Isto pode ser identificado facilmente ao analisarmos as causas dos problemas existentes e a forma como são tratados, considerando que as falhas de comunicação e ainda a falta de socialização das informações são responsáveis por vários destes problemas, que poderiam, com um sistema comunicacional eficaz, serem evitados.

Conforme Cavalcante (2008) são vários os veículos utilizados pela comunicação interna, assim como: relatórios, circulares, boletins, folhas soltas, folhetos completos, folders, jornais, revistas, manuais de instrução, apostilas. Dentre os veículos elencados acima foi escolhido o folder informativo definido como:

O folder é um material que pode ter diferentes formatos de acordo com a quantidade de informações a serem transmitidas sobre uma empresa, produto ou serviço. Folders são comumente desenvolvidos para servirem de material de apoio em reuniões e apresentações empresariais (CONCEITO IDEAL, 2014, p.?).

Segundo Kotler (2000) um folder pode ser definido conforme suas características, que são: flexibilidade, controle total e mensagens de maior impacto. Características estas que foram de fundamental relevância, para seleção deste veículo informacional a ser desenvolvido como elemento fundamental no processo de difusão cultural em um arquivo.

Nesse sentido, a proposição e desenvolvimento desse veículo comunicacional (folder) para caracterização prática do processo de difusão cultural dos documentos da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba é pertinente em virtude da necessidade de disseminação dos documentos e apresentação do arquivo para à comunidade.

### 5.2.2 Construção do folder informativo para difusão do arquivo

Segundo Collaro (2012), os impressos são “suportes que recebem grafismos por meio de processos digitais ou convencionais que os transformam em cópias seriadas idênticas”. Os impressos estão classificados em três grandes categorias que, a saber, são: extraeditoriais, editoriais e embalagens. Sendo o impresso “folder” incluído na categoria extraeditorial, no grupo de impressos para informação comercial e industrial.

Conforme afirma Collaro (2012), todo impresso tem o objetivo de divulgação da empresa ou da pessoa, o que pressupõe dizer que todos têm valor publicitário, implícito ou explícito. Nesse aspecto, cabe-nos ressaltar que o sustento de um veículo impresso está no anúncio publicitário. Este requer todo um processo de estudo e avaliação para sua composição seguindo alguns princípios básicos do design gráfico: contraste, repetição, alinhamento e proximidade.

Segundo Williams (2013), a ideia por trás do contraste é evita elementos, na página do material promocional, que sejam apenas semelhantes. Ou seja, se os elementos (fonte, cor, tamanho, espessura da linha, forma, espaço etc.) não forem iguais, então estes devem ficar bem diferentes um do outro. Conforme o autor, o contraste é geralmente o mais importante atrativo visual de uma página, é o que faz o leitor olhar para ela em primeiro lugar. Já no que se refere ao princípio da “repetição”, o seu uso implica no aumento da organização do material publicitário fortalecendo a unidade de todos os elementos componentes do material impresso. O princípio do alinhamento nos orienta a não colocar nada na página do material publicitário de maneira arbitrária. Todo elemento precisa ter alguma conexão visual com outro elemento da página. E finalmente o princípio da proximidade, enfatiza que,

Os itens relacionados uns com os outros devem ser agrupados. Quando vários itens estão próximos, eles se tornam uma unidade visual em vez de diversas unidades separadas. Isso ajuda a organizar as informações, reduz a confusão e dá ao leitor uma estrutura clara (WILLIAMS, 2013, p.13).

Para a composição do veículo comunicacional (folder), proposto neste trabalho, faremos uso dos princípios básicos do design gráfico, detalhando cada etapa da construção do respectivo material publicitário.

### 5.2.3 O veículo comunicacional (folder): etapas do processo de criação do folder

O folder como qualquer outro impresso, pode ter caráter institucional ou promocional. A escolha pela criação desse impresso publicitário para difusão de informações institucionais dependerá, principalmente, da quantidade de informações que precisarão ser transmitidas para o público que se deseja atingir. Para a criação de um folder algumas etapas, precisam estar bem alinhadas com os princípios do design gráfico, que compreendem: Brief (coleta de informações da empresa e do material específico); Boneco (é a estruturação primária na criação de folders); Textos (desenvolvimento de todos os conceitos do material); Aprovação do conteúdo; Direção de arte e diagramação do material; Aprovação impressa; Correções e ajustes; Aprovação final; Fechamento de arquivo nos padrões gráficos (CONCEITO IDEAL, 2014).

Neste contexto segundo Bona (2012, p.165),

O Briefing é o documento que, invariavelmente, guiará todo o processo de planejamento e criação da campanha publicitária. Ele é, na verdade, o roteiro que reúne informações relevantes que podem dar base para que o trabalho seja feito com segurança.

Para a esta etapa do processo de desenvolvimento do folder coletamos informações pertinentes à empresa, tais como: descrições do cliente (endereço, telefones, horário de atendimento ao público, histórico da instituição e coleta de informações de alguns documentos históricos existentes no arquivo). As respectivas informações foram coletadas através de pesquisas em textos científicos, livros, sites e portais de comunicação na internet e in loco, com o auxílio de um roteiro de observação sistemático.

Para a elaboração do respectivo folder (veículo comunicacional) a ser utilizado em atividades de Difusão Cultural no arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba foram selecionados dois documentos históricos do arquivo: Compromisso da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba (1913) e o relatório do Provedor desembargador Severino Montenegro (1949-1963). Os documentos elencados acima foram selecionados para compor as informações do folder, em virtude de sua relevância histórica e social conforme descrição abaixo:

- **Compromisso da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba (1913):** a análise desse documento nos permitiu obter informações pertinentes a fundação da respectiva instituição, sua composição, membros pertencentes a instituição, principais ações realizadas

pela instituição junto a comunidade local, além de orientações sobre a conduta a ser adotada pelos integrantes da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba.

- **Relatório do Provedor Desembargador Severino Montenegro (1949-1963):** neste documento é possível encontrar informações referente a fundação em 1604, por Duarte Gomes da Silveira e Antônio Soares de Oliveira, do pavilhão onde funciona a clínica de olhos e otorrinolaringologia. No respectivo relatório, faz-se uma acentuada menção sobre a iniciativa da Diretoria da Santa Casa na construção desse pavilhão. O mesmo ressalta que os gestos precisam ser lembrados porque representam a benevolência da riqueza bem adquirida e melhor aplicada. O Provedor afirma que a lembrança foi feliz, e causou a melhor impressão na sociedade paraibana. Afirma-se no relatório que é uma honra reservar uma parte dos rendimentos mensais de cada um, para estancar o sofrimento de quem precisa se recuperar e viver, para ser útil à família, à sociedade e ao Brasil.

Após a coleta de informações para composição do veículo comunicacional dá-se início a elaboração do folder que necessita seguir algumas recomendações importantes referentes à sua composição, tais como: não fazer uso de mais de três fontes diferentes no mesmo material; evitar o uso de cores vibrantes e muito contrastantes em cada uma das linhas do texto; evitar utilizar fotos muito pequenas em virtude do tamanho já bastante reduzido do folder; utilizar fontes em tamanho adequado para visualização dos dados para contato da instituição; construir textos concisos, objetivos e não muito extenso, para evitar que o texto se torne cansativo; não imprimir o folder em papel muito fino, pois os folders precisam ter papéis mais encorpados (CONCEITO IDEAL, 2014).

De posse destas informações, demos continuidade ao processo de desenvolvimento do folder, conforme informações disponíveis no portal da empresa Conceito Ideal (2014) estruturando a boneca do folder em duas etapas:

- 1) Desenvolvimento da primeira parte do folder (área externa), composta pela capa, apresentação sobre a empresa e verso/contatos da empresa;
- 2) Desenvolvimento da segunda parte do folder (área interna) compreende a apresentação dos produtos e serviços oferecidos pela empresa.

Assim conseguiremos detalhar melhor todos os componentes do folder e descrever de maneira sucinta todas as etapas do processo de criação do veículo comunicacional proposto nesta pesquisa como canal para difusão cultural dos documentos da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba.

**Parte 1:** A composição da primeira parte (área externa) do folder compreende, conforme imagem abaixo, a seguinte estrutura: capa, apresentação e verso/contatos.

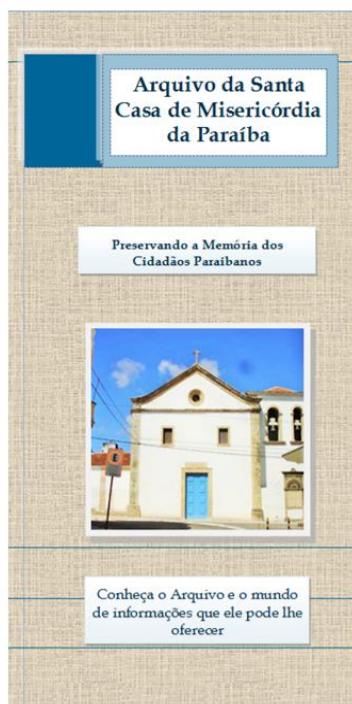
**FIGURA 4:** Boneca do folder: Parte - 1 (capa, apresentação sobre a empresa e verso/contatos)



**FONTE:** Dados da pesquisa (2014)

A capa do folder deve conter, conforme portal da empresa Conceito Ideal (2014), as seguintes informações seguindo esta sequência:

- Chamada (em fonte maior, em uma frase curta);
- Subtítulo (complemento da chamada inicial); e
- Imagem, foto ou ilustração que represente o que se está divulgando.

**FIGURA 5:** Capa do folder

**FONTE:** Dados da pesquisa (2014)

Para compor a chamada da capa do folder procuramos fazer uma chamada da instituição direcionada para o cidadão comum, no intuito de apresenta a instituição e o arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, conforme imagem abaixo.

**FIGURA 6:** Detalhamento da chamada e subtítulo do folder

**FONTE:** Dados da pesquisa (2014)

O subtítulo da chamada foi pensado para causar no leitor uma expectativa sobre o que o arquivo tem para lhe oferecer, sendo colocada logo em seguida, uma imagem da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba buscando familiarizar o leitor com a respectiva instituição, conforme imagem abaixo.

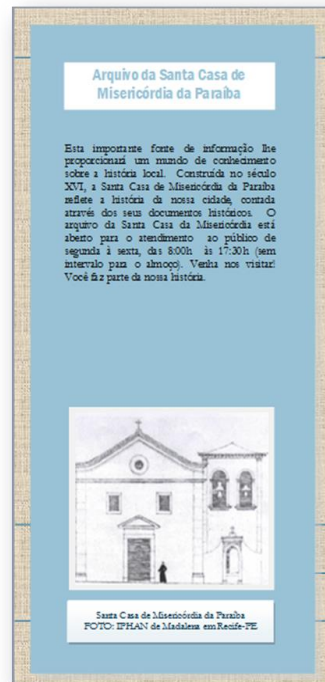
**FIGURA 7:** Detalhamento da capa do folder



**FONTE:** Dados da pesquisa (2014)

No tocante a apresentação da instituição/arquivo, procuramos elencar algumas informações sobre o arquivo apresentando-o como uma importante fonte de informação sobre a história local. Nesta parte também foi colocada uma imagem da igreja, enfatizando que, o uso de imagens ajuda o leitor a construir um entendimento mais concreto da mensagem emitida, favorecendo a absorção da informação, conforme ressalta Flusser (1963 apud CINTRA; et al., 1994).



**FIGURA 8:** Apresentação/ sobre a empresa.

**FONTE:** Dados da pesquisa (2014)

A última dobradura da primeira parte do folder corresponde ao verso do folder, no qual devem constar todas as informações pertinentes a: marca assinatura de marca, endereço completo, telefones de contato, endereço do site, e-mail de contato, mapa esquemático de localização da instituição.

**FIGURA 9:** Verso do folder/Contatos

**FONTE:** Dados da pesquisa (2014)

**Parte 2** - A composição da segunda parte (área interna) do folder compreende, conforme imagem abaixo, todas as informações pertinentes aos produtos e serviços da instituição.

**FIGURA 10:** Boneca do folder: Parte – 2 (apresentação/sobre a empresa)

**Conheça o Arquivo e descubra um mundo de informações sobre a história local**

Você sabia que os Arquivos - conjunto de documentos produzidos por uma instituição no decorrer de suas atividades - podem ser uma excelente fonte de informações para pesquisa? Eles são acessíveis e lhe proporciona um excelente leque de informações sobre a história e a cultura local de um povo. Conhecer arquivos é uma ótima forma de exercer cidadania, pois conhecendo sua história você estará se informando sobre os seus direitos e deveres. Nos arquivos estão guardados registros das ações administrativas de uma instituição. O Arquivo Histórico conta-bui para a formação de cidadãos mais aptos a compreender o passado da sociedade em que vive, contribuindo, para um futuro mais digno para a sociedade. Em João Pessoa, você pode enriquecer seus conhecimentos sobre a história local fazendo uma visita ao arquivo da Santa Casa da Misericórdia da Paraíba.

Fachada da Misericórdia antes da intervenção do IPHAN em 1999. FOTO: Comissão Permanente de Desembaragamento do Centro Histórico de João Pessoa

**A instituição Santa Casa de Misericórdia da Paraíba**

A igreja da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba foi uma das primeiras edificações oficiais construídas no Brasil colonial, fundada em 02 de julho de 1602. Até o século XIX, estas instituições centralizavam e detinham poderes religiosos, administrativos e políticos. Além de prestarem também serviços de assistência aos pobres, enfermos, crianças abandonadas e desamparados.

**A História contada através dos documentos do arquivo da Santa Casa de Misericórdia**

Várias informações acerca dos relatos, sobre a assistência prestada pela Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, podem ser obtidas através de pesquisas realizadas nos documentos pertencentes ao arquivo da instituição. Estas informações abarcam, principalmente, relatos sobre a atuação dos provedores da Santa Casa de Misericórdia junto ao Governo da Província da Paraíba, tanto na administração da saúde pública quanto a administração geral da Província. Dentre os documentos disponíveis para consulta no arquivo da instituição, estão: Certidões de

Registro de Nascimento, Escrituras, cópias de Atos Imperiais, Termos de Nomeação. Um importante documento histórico datado de 1913 é o Compromisso da

Imandade da Santa Casa da Misericórdia da Paraíba, que estabelece os critérios para ser membro efetivo da Imandade da Santa Casa da Misericórdia, pois, em virtude da sua atuação e reconhecimento social, ser um membro efetivo da imandade era um privilégio para a sociedade da época, configurado na forma de diversos outros benefícios sociais oferecidos pela instituição. Outro importante documento existente no acervo documental da instituição é um Relatório do Provedor Desembargador Severino Montenegro (1949-1963); neste documento é possível encontrar informações referente a fundação em 1604, por Duarte Gomes da Silveira e Antônio Soares de Oliveira, do pavilhão onde funciona a clínica de olhos e otomolnolngologia. Afirma-se no relatório que é uma honra reservar uma parte dos rendimentos mensais de cada um dos provedores, para estancar o sofrimento de quem precisa se recuperar e viver, para ser útil à família, à sociedade e ao Brasil

Compromisso da Imandade da Santa Casa de Misericórdia

Relatórios dos provedores da Santa Casa de Misericórdia

**FONTE:** Dados da pesquisa (2014)

Na segunda parte da construção do folder procuramos elencar informações sobre o arquivo enquanto fonte de informação, apresentando o conceito de arquivo no intuito de situar o leitor no contexto arquivo ressaltando a sua importância histórica e social.

Conforme Williams (2013), para a composição textual do material é recomendado o uso de uma fonte mais grossa que dê destaque ao título e subtítulo do material publicitário, criando um contraste forte. Para melhorar a leitura do folder é indicado fazer uso de uma fonte clássica serifada de estilo antigo como Garamond, Jenson, Caslon, Mícion ou Palatino ou uma fonte fina egípcia como Claredon, Bookman, Kepler ou New Century Schoolbook.

Geralmente o alinhamento do texto sugerido, para obter um visual mais profissional, é a margem forte à esquerda. Ao fazer uso de linhas, estas devem começar e terminar alinhadas com outro elemento, como a margem ou o final da coluna (WILLIAMS, 2013).

Para os recuos e parágrafos do material, recomenda-se que os primeiros parágrafos, mesmo depois dos títulos e subtítulos, não devem ter recuo. Quando tiverem, devem usar o recuo tipográfico padrão de uma espaço “eme”, que é um espaço com largura de um ponto da fonte usada (WILLIAMS, 2013, p. 126).

Em conformidade com as observações propostas pelo autor para a formatação e exposição dos textos do material impresso, elaboramos um texto informativo nos padrões: texto justificado, fonte Garamond - tamanho 12 (corpo do texto) e fonte Franklin Gothic Demi Cand - tamanho 18 (título e subtítulo).

Após todas as etapas do processo de elaboração do folder, desde a coleta de informações, desenvolvimento, formatação textual, colocação das imagens da instituição e dos produtos que serão difundidos através do veículo comunicacional, são realizadas as correções do material impresso e logo após procedemos a impressão do material no tamanho A4 (21cm X 29,7cm), obedecendo aos padrões do respectivo impresso (folder).

## Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba

Esta importante fonte de informação lhe proporcionará um mundo de conhecimento sobre a história local. Construída no século XVI, a Santa Casa de Misericórdia da Paraíba reflete a história da nossa cidade, contada através dos seus documentos históricos. O arquivo da Santa Casa da Misericórdia está aberto para o atendimento ao público de segunda à sexta, das 8:00h às 17:30h (sem intervalo para o almoço). Venha nos visitar! Você faz parte da nossa história.



Santa Casa de Misericórdia da Paraíba  
FOTO: IPHAN de Madalena em Recife-PE

**TEXTOS:** Ana Maria F. Videres – Arquivista

**PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:**  
Cristiano Almeida e Marcio Oza - Instrutores  
da Área Gráfica - SENAI CEP/ORC

**ORIENTAÇÃO:**  
Prof. Dr. José Washington de M. Medeiros -  
Universidade Estadual da Paraíba - Campus V -  
João Pessoa



## Igreja da Misericórdia da Paraíba

Rua Duque de Caxias (antiga rua Direita), s/nº - Centro Histórico  
CEP: 58010-821  
João Pessoa—PB

Tel: 83-3222-4257  
Tel: 83-3508-1569

## Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba

### Preservando a Memória dos Cidadãos Paraibanos



Fachada Atual da Misericórdia de João Pessoa  
FOTO: Maneta Tavares

Conheça o Arquivo e o mundo de informações que ele pode lhe oferecer

## Conheça o Arquivo e descubra um mundo de informações sobre a história local



Fachada da Misericórdia antes da intervenção do IPHAN em 1939. FOTO: Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa

Você sabia que os **Arquivos** - conjunto de documentos produzidos por uma instituição no decorrer de suas atividades - podem ser uma excelente fonte de informações para pesquisa? Eles são acessíveis e lhe proporciona um excelente leque de informações sobre a história e a cultura local de um povo. Conhecer arquivos é uma ótima forma de exercer cidadania, pois conhecendo sua história você estará se informando sobre os seus direitos e deveres. Nos arquivos estão guardados registros das ações administrativas de uma instituição. O **Arquivo Histórico** contribui para a formação de cidadãos mais aptos a compreender o passado da sociedade em que vive, contribuindo, para um futuro mais digno para a sociedade. Em João Pessoa, você pode enriquecer seus conhecimentos sobre a história local fazendo uma visita ao arquivo da Santa Casa da Misericórdia da Paraíba.

## A instituição Santa Casa de Misericórdia da Paraíba

A igreja da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba foi uma das primeiras edificações oficiais construídas no Brasil colonial, fundada em 02 de julho de 1602. Até o século XIX, estas instituições centralizavam e detinham poderes religiosos, administrativos e políticos. Além de prestarem também serviços de assistência aos pobres, enfermos, crianças abandonadas e desamparados .

## A História contada através dos documentos do arquivo da Santa Casa de Misericórdia

Variadas informações acerca dos relatos, sobre a assistência prestada pela Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, podem ser obtidas através de pesquisas realizadas nos documentos pertencentes ao arquivo da instituição. Estas informações abarcam, principalmente, relatos sobre a atuação dos provedores da Santa Casa de Misericórdia junto ao Governo da Província da Paraíba, tanto na administração da saúde pública quanto a administração geral da Província. Dentre os documentos disponíveis para consulta no arquivo da instituição, estão: Certidões de



Relatórios dos provedores da Santa Casa da Misericórdia



Compromisso da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia

Registro de Nascimento, Escrituras, cópias de Atos Imperiais, Termos de Nomeação. Um importante documento histórico datado de 1913 é o

## Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia

da Paraíba, que estabelecia os critérios para ser membro efetivo da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, pois, em virtude da sua atuação e reconhecimento social, ser um membro efetivo da imandade era um privilégio para a sociedade da época, configurado na forma de diversos outros benefícios sociais oferecidos pela instituição. Outro importante documento existente no acervo documental da instituição é um **Relatório do Provedor Desembargador Severino Montenegro (1949-1963)**: neste documento é possível encontrar informações referente a fundação em 1604, por Duarte Gomes da Silveira e Antônio Soares de Oliveira, do pavilhão onde funciona a clínica de olhos e otorrinolaringologia. . Afirma-se no relatório que é uma honra reservar uma parte dos rendimentos mensais de cada um dos provedores, para estancar o sofrimento de quem precisa se recuperar e viver, para ser útil à família, à sociedade e ao Brasil.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa compreendemos que a informação percorre um longo caminho até o seu destinatário final e diante disso, não podemos mais ignorar a importância que os usuários da informação representam para o desenvolvimento de melhorias para o arquivo. Mediante esta afirmação, constatamos que difundir o arquivo para a comunidade é a melhor forma de trazer melhorias para os arquivos em virtude da necessidade de buscar informações. Neste aspecto ressaltamos que a disseminação do conhecimento existente nos acervos documentais, através da implementação das atividades de Difusão Cultural, compreende uma excelente maneira de interligar o arquivo a comunidade local.

Em virtude do exposto, ressaltamos que a importância de difundir os documentos do arquivo permanente está atrelada ao próprio caráter da informação que o documento de arquivo apresenta o dado em estado bruto sem quaisquer análises ou interpretações. Assim, podemos enfatizar que, o arquivista tem um papel fundamental no processo de difundir o arquivo para a sociedade, buscando, através de uma análise precisa dos documentos do arquivo, fazer um trabalho de tratamento e seleção do seu acervo documental antes de disponibilizá-lo para consulta.

Porém, para que essa visão tenha realmente uma proporção dinâmica junto à sociedade, e, em especial, junto a esse público específico, faz-se necessário que haja por parte dos gestores das instituições arquivísticas um posicionamento mais centrado na disponibilização da informação para a sociedade, buscando adequar-se às novas realidades exigidas pela sociedade da informação, que compreendem: o desenvolvimento de aptidões para trabalhar as soluções de tratamento funcional da informação e entender às demandas administrativas, jurídicas e técnico-científicas das instituições, ou seja, o perfil profissional dos arquivistas precisa acompanhar a evolução das tecnologias da informação e da produção do conhecimento.

E para que isso aconteça novas habilidades são exigidas dos profissionais que lidam com a informação junto à sociedade. Eles precisam repensar a sua posição no processo de disseminador e criador de possibilidades, no processo de transformação do conhecimento em novas informações.

A interação mútua entre gestores de arquivos, arquivistas e professores será de singular relevância para a projeção dos arquivos para além da visão hoje atribuída aos

mesmos pelos profissionais da área arquivística bem como da sociedade civil, dos estudantes de escolas públicas e privadas do Município de João Pessoa, enquanto fonte de informação primária para a realização de pesquisas confiáveis e inovadoras.

Mediante as afirmações expostas, este trabalho trouxe como contribuição social a visibilidade do arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, enquanto fonte de informação, geradora de conhecimentos diversos que contribuem para a formação da identidade cultural de cada cidadão, salientando que só é possível conhecer os seus direitos conhecendo também o seu passado, pois os registros documentais existentes nos arquivos permanentes são provas das ações humanas ao longo dos séculos.

A construção de um veículo comunicacional para interligar o arquivo à comunidade faz surgir novas possibilidades de uso do acervo documental da instituição, pois a difusão cultural dos documentos históricos do arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba pode contribuir para a construção da identidade cultural de cada cidadão. Projetar o arquivo e todos os elementos que o constitui, representa um avanço significativo no exercício da cidadania.

O uso desse veículo comunicacional propicia um processo de comunicação para interligar o arquivo à comunidade, trazendo informações que contribuem para a formação de um pensamento reflexivo do sujeito em relação ao seu ambiente social e a comunidade local.

Salientamos que este trabalho não esgota a possibilidade de desenvolvimento de outros trabalhos relacionados ao tema. Concluimos que, há uma necessidade constante, de serem discutidas novas possibilidades de tornar os arquivos mais acessíveis à população, buscando delinear estratégias para atrair os usuários potenciais para os arquivos.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Marcia Nogueira; ANTONIUTTI, Cleide Luciane; FONTOURA, Mara. **Mídia e produção audiovisual: uma introdução**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

ALVES, Isaac Newton Cesarino da Nóbrega; FRANÇA, André Luiz Dias de. **Arquivologia no Brasil: contribuição do Estado da Paraíba**. Salvador: III Simpósio Baiano de Arquivologia, 26 a 28 de out. de 2011.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. **A questão da informação**. Revista São Paulo em Perspectiva. Fundação Seade. V 8, n. 4.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2º Ed., Rio de Janeiro: FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. **Como desenvolver políticas de ação cultural e educativa em arquivos**. Projeto como Fazer. São Paulo: arquivo do Estado de São Paulo, 2002.

BONA, Nívea Canalli. Publicidade e propaganda: da agência à campanha. [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2012. 2MB; PDF.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRAGA, Ascensão. **A gestão da informação**. Disponível em: [http://www.ipv.pt/millennium/19\\_arq1.htm](http://www.ipv.pt/millennium/19_arq1.htm). Acesso em: 25/09/2009.

CABRAL, Rosimere Mendes. **Arquivo como fonte de Difusão Cultural e Educativa**. Acervo, Rio de Janeiro, v.25, n.1, p.35-44, Jan./Jun.2012.

CINTRA, Ana Maria Marques. Et al..**Para entender as linguagens documentárias**. São Paulo: Polis, 1994. (Coleção Palavra Chave).

CHALHUB, Samira. **Funções da Linguagem**. 12º Ed. São Paulo: Ática, 2006, p.64. (Série P Princípios).

CHAUÍ, Marilena. Política Cultural, Cultura Política e Patrimônio Histórico. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). **O direito à memória: patrimônio cultural e cidadania**. São Paulo: DPH – Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

COBRA, Marcos. **Marketing Básico: uma abordagem brasileira**. 4º Ed.. 11 reimpr.. São Paulo: Atlas, 2013.

COLLARO, Antônio Celso. **Produção Gráfica: arte e técnica na direção de arte**. 2º Ed..São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.

CONCEITO IDEAL. **Construção de folders**. Disponível em: <http://www.conceitoideal.com.br>. Acesso em: 30/10/2014.



COSTA, Luciana Ferreira da; SILVA, Alan Curcino Pedreira da; RAMALHO, Francisca Arruda. **Para além dos estudos de uso da informação arquivística: a questão da acessibilidade.** *Ci. Inf.* [online]. 2010, vol.39, n.2, pp. 129-143. ISSN 0100-1965.

DANTAS, M. H. de S. "**Comunicarquivo**": **difusão cultural de documentos de arquivo do poder judiciário da Paraíba.** 2013. 89f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia)- Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2013.

DIAS, Maria Matilde Kronka; PIRES, Daniela. Usos e usuários da informação. São Carlos: EdUFSCar, 2004. 48p. – (Série Apontamentos).

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas.** São Paulo: Prentice Hall, 2004.

DUARTE, Zeny. **Arquivo e Arquivista: conceituação e perfil profissional.** Revista da faculdade de Letras-Ciências e Técnicas do Patrimônio, Porto, 2006-2007, I Série, Vol. V-VI, PP. 144-151.

FERREIRA, Nelson Fernandes. **Políticas de Ação Cultural e Educativa em Arquivos públicos: O caso Arquivo Público da Bahia.** Monografia. Salvador, 2008.

FLORÊNCIO, Sônia; et al.. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos.** Brasília: Iphan/DAF/ Cogedip/ Ceduc, 2014. 63p..

FRATINI, Renata. Educação patrimonial em arquivos. *Histórica – Revista Eletrônica do arquivo Público do Estado de São Paulo*, n.34, 2009.

FREIRE, Gustavo Henrique. *Ciência da Informação: temática, história e fundamentos. Perspectivas ciência informação.* Belo Horizonte, v11 n.1, p.6-19, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n1a02pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2014.

FREIRE, Luis Gustavo Lima. *Difusão Educativa em Arquivos. História – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n. 34, 2009.

GASQUE, Kelley Gonçalves Dias; TESCAROLO, Ricardo. **Sociedade da aprendizagem: informação, reflexão e ética.** *Ci. Inf.*, Brasília, v.33, n.3, p.35-40, set./dez.2004.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRUNBERG, Evelina. *Manual de atividades práticas de educação patrimonial.* Brasília: IPHAN, 2007, 24 p..

GUARESCHI, Pedrinho Arcides; ROMANZINI, Lisie Polita; GRASSI, Lúcia Biavaschi. **A "mercadoria" informação: um estudo sobre comerciais de TV e rádio.** *Paidéia (Ribeirão Preto)* [online]. 2008, vol.18, n.41, pp. 567-580. ISSN 0103-863X.

GUIMARÃES, Thelma de Carvalho. **Comunicação e linguagem.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira e outros. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Museu Imperial. IPHAN/ Ministério da Cultura, 1999.

JARDIM, José Maria. **A universidade e o ensino da Arquivologia no Brasil**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 10, 1994, São Paulo.

\_\_\_\_\_. **Sistemas e Políticas Públicas de Arquivos no Brasil**. Niterói-RJ: EDUFF, 1995.

KAHLMAYER-MERTENS, Roberto S.. [et al.]. **Como elaborar projetos de Pesquisa: linguagem e método** – 1º Ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

KEEGAN, Warren J.. **Marketing global**. Trad. Adriano de Jonge; Mauricio de Andrade. Rev. Téc. José Augusto Guagliardi. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin L.. **Marketing essencial: conceitos, estratégias e casos**. 5º Ed.. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

LAKATOS, Eva, MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1983.

LOPES, Luís Carlos. **A nova arquivística na modernização administrativa**. 2º Ed..Brasília: Projecto Editorial, 2009. 416p.

LUNA, Mayara Araújo do Nascimento. **Caridade sistematizada: tipologia dos registros Documentais da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba (1844-1897)**. 2014. 96f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia)- Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2014.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6º Ed., 4ªReimp., São Paulo: Atlas, 2007.

MARQUES, Marcelo Barros; PIRES, José Romero Maracajá. **Apostila: Metodologia da Pesquisa Científica**. Universidade Católica de Brasília Virtual, 2013.

MEDEIROS, José W. de Moraes. **Difusão Cultural e Ação Educativa em Arquivo**. Slide de Apresentação. UEPB: 2014.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais: Um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. 2º Ed. São Paulo: Editora Atlas S.A. – 2009.

MINUZZO, Liziane Ungaretti. **Atividades culturais e educativas em arquivos: um estudo de caso sobre o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho**. 2010. 93 f..Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Arquivologia) – Curso de Arquivologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Porto Alegre: 2010.

MORIGI, Valdir Jose; VIEIRA, Alexandre. **Esfera pública informacional: os arquivos na construção da cidadania**. Inf. & Soc.: Est., João Pessoa, v.17, n.2 ,p.31,maio/ago.2007.

MUNIZ, Eloá. **Publicidade e propaganda origens históricas**. Publicidade no caderno Universitário, nº148. Canoas: ULBRA, 2004. ([WWW.eloamuniz.com.br](http://WWW.eloamuniz.com.br)).

OGDEM, James R.; CRESCITELLI, Edson. **COMUNICAÇÃO INTEGRADA DE MARKETING: conceitos, técnicas e práticas**. Ed. 2º. Trad.: Cristina Bacellar. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

PAZ, Joseane Maria da; et al. **A responsabilidade dos arquivos nas tomadas de decisões**. *Biblios*, Vol. 5, nº 19, abr./set. 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/161/16101907.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2014.

PISTORI, Maria Helena Cruz. **Dialogia na persuasão "publicitária"**. *Bakhtiniana, Rev. Estud. Discurso* [online]. 2014, vol.9, n.1, pp. 148-167. ISSN 2176-4573. <http://dx.doi.org/10.1590/S2176-45732014000100010>.

ROBREDO, Jaime. **Da ciência da informação revisitada: aos sistemas humanos de informação**. Brasília: SSRR Informações, 2003.

SANTOS, Thais Helen do Nascimento. **Informação e Etnia: Difusão Cultural e Ações Educativas sobre a Cultura Africana no Arquivo Histórico da Paraíba**. Monografia. João Pessoa, 2010.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan/jun. 1996.

SCOUGLIA, Jovanka Baracuhy Cavalcanti; TAVARES, Marieta Dantas. **História e memória da Igreja da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba**. *Revista Eletrônica Patrimônio: lazer & Turismo*, v. 6, n. 8, out.-nov.-dez./2009. p.12-33.

SCHELLENBERG, T.R. **Arquivos Modernos: Princípios e Técnicas**. Trad. Nilza Teixeira Soares. 6º Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, 388p.

SILVA, Andréia Gonçalves; SILVA, Leonardo Gonçalves. **O acesso à informação jurídica através de histórias em quadrinhos e cartilhas**. *Inf. e Inf.*, Londrina, v.17, n.1, p. 166-183, jan./jun.2012.

SILVA, Maria Amélia Teixeira da. Et al.. **A importância dos arquivos públicos na sociedade da memória**. João Pessoa: Bilibonline, v.5, n. 1 / 2, 2009.

TAMANAHÁ, Paulo. **Planejamento de mídia: teoria e experiência**. Ed.2º. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

KAHLMAYER-MERTENS, Roberto S. [et al]. **COMO ELABORAR PROJETOS DE PESQUISA: Linguagem e método**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, 140p. (Coleção FGV prática).

WILLIAMS, Robin. **Design para quem não é designer: princípios de design e tipografia para iniciantes**. Trad. Bárbara Menezes. 4º Ed.. São Paulo: Callis, 2013, 216p.

MARKETING CULTURAL. Revista Marketing Cultural online, <http://www.marketingcultural.com.br>, acesso em 21 de maio de 2014.

DIFUSÃO CULTURAL. **Uma reflexão sobre a globalização e a difusão cultural.** Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/uma-reflexao-sobre-a-globalizacao-e-a-difusaocultural//75766/#ixzz2wtJHHYn4>. Acesso 08 de setembro de 2014.

**APÊNDICE A**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS**  
**BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA**

**ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO SISTEMÁTICA**

Atividades de desenvolvimento de Trabalho de Conclusão de Curso

**1 – IDENTIFICAÇÃO**

Instituição:

Localização:

Horário de atendimento:

**1 – ASPECTOS A SEREM OBSERVADOS**

- a) Recursos Humanos
- b) Recursos Materiais
- c) Recursos Físicos
- d) Organização do Arquivo
- e) Instrumentos de Pesquisa
- f) Tipologias documentais existentes no acervo da instituição
- g) Processo de divulgação do arquivo
- h) Canais/ meios comunicacionais utilizados para a divulgação da instituição
- i) A intermediação do arquivo com a comunidade